

C) INTRODUÇÃO À ECONOMIA A

AUTORA

LENICE YPIRANGA BENEVIDES DE ARAÚJO VIEIRA SÁ

Introdução

O objetivo desse caderno é apresentar aos alunos do curso de Administração, os principais fundamentos da teoria econômica. No entanto, esse caderno não visa dar respostas definitivas às questões econômicas, mas suscitar o interesse, provocar o debate e mostrar aos alunos sua aplicabilidade no mundo atual. Desse modo, os temas das unidades estão organizados da seguinte forma:

Na Unidade 1 - Conceitos Fundamentais em Economia – apresenta-se os principais conceitos da ciência econômica, o problema econômico fundamental, o objeto de estudo dessa ciência e como pensam os economistas. Examina-se o Sistema Econômico, mostrando seus aspectos, agentes e elementos básicos constituintes, descrevendo os fluxos real e monetário do mesmo sistema. Expõe-se a divisão da economia em microeconomia e a macroeconomia, e pontua a evolução do pensamento econômico.

Na Unidade 2 - Noções de Microeconomia - enfatiza-se a análise do Sistema de Preços, e como as forças da oferta e da demanda determinam os preços nas economias de mercado. Introduce-se o conceito de elasticidade e sua aplicabilidade. Por fim, explicam-se como as decisões empresariais relativas a preço e quantidades são dependentes das estruturas de mercado com que se deparam, incluindo uma descrição de custos de produção.

Na Unidade 3 - Noções de Macroeconomia - descreve-se o comportamento da economia pela ótica da macroeconomia. Inicia-se pela definição e cálculo do Produto Interno Bruto, incluindo as diferentes óticas de mensurar o PIB e a distinção entre PIB real e PIB nominal. Por fim, examinam-se as funções do governo e a política fiscal.

Na Unidade 4 – Noções de Economia Monetária – são examinadas as noções de economia monetária, a partir do conceito de moeda e o papel do Banco Central na economia, incluindo os conceitos de base monetária e multiplicador bancário, essenciais para se explicar como o sistema bancário amplia os meios de pagamento em um país. São mostrados alguns instrumentos de Política Monetária, com foco na taxa de juros.

A Unidade 5 - Noções de Economia Internacional – apresentam-se os principais conceitos associados a balanço de pagamentos, taxa de câmbio e regimes cambiais. Trabalha-se a determinação da taxa de câmbio praticada pelo mercado e a relação entre taxas de câmbio e de taxa de juros na economia.

Palavras da autora

Muitas vezes nos perguntamos: por que alguns poucos países são tão desenvolvidos enquanto outros tantos vivem em condições de vida bastante precárias? Por que existe desemprego? Por que os preços sobem persistentemente em alguns períodos, enquanto, em outros, os preços permanecem relativamente estáveis? Por que são cobrados tantos impostos sobre bens, serviços e renda? Por que mudanças na taxa de câmbio afetam tanto as exportações quanto as importações de bens e serviços? Por que quando crescem as vendas de computadores aumentam também as vendas de impressoras?

O estudo da teoria econômica proporcionará a você uma melhor compreensão dessas questões bem como, mostrará a forma de pensar dos economistas na solução desses problemas da sociedade.

Ao longo da sua vida, você terá que tomar decisões econômicas. Por exemplo, quando começar a trabalhar e receber o seu salário, deverá decidir qual a proporção dessa renda será destinada a atender suas necessidades básicas de alimentação, saúde, educação, lazer, e qual proporção poderá ser poupada para financiar a aquisição de sua casa própria. Quando você decidir comprar uma televisão nova, por exemplo, você saberá como é importante conhecer a taxa de juros cobrada nas prestações ao optar pela compra a prazo.

O ensino da teoria econômica poderá ajudá-lo a compreender melhor por que as autoridades governamentais buscam controlar a taxa de inflação no país através de diversos instrumentos de políticas econômicas, tais como, as políticas fiscais e monetárias.

Dessa maneira, é importante a sua participação na disciplina através de fóruns e de pesquisas a serem realizadas na internet, assim como na leitura e realização das tarefas propostas nesse caderno.

Orientações para o estudo do caderno

Como esse caderno apresenta os conceitos básicos da Ciência Econômica de forma muito resumida, em comparação com a abrangência dos principais fundamentos econômicos, acrescentamos ao final de cada unidade uma sugestão de leitura de livros cujo objetivo é complementar o conteúdo proposto em cada unidade. Há também ao longo de cada unidade sugestões de sites para a realização de pesquisas e aprofundamento dos temas.

Na coluna de indexação são mostrados alguns ícones que trazem indicações de atividades que deverão obrigatoriamente ser desenvolvidas pelo aluno em cada unidade.

A resolução dos exercícios propostos em cada unidade deve ser enviada para o e-mail indicado pelo professor tutor.

Ementa

Conceitos fundamentais em economia. O problema econômico fundamental. O Sistema Econômico. A Evolução do Pensamento Econômico. Noções sobre o comportamento do consumidor e do produtor no regime de concorrência perfeita. Noções sobre custos de produção. Noções sobre produto, renda e despesa nacional. Noções de economia monetária e sobre o comportamento do setor público. Noções sobre crescimento e equilíbrio econômico em curto e longo prazo. Noções sobre relações internacionais.

Objetivos de ensino-aprendizagem

Objetivo geral: apresentar uma ampla visão de conceitos e instrumentos da teoria econômica que possibilite a você, aluno, relacionar o conhecimento econômico adquirido ao longo do curso com o mundo em que vive;

Objetivos específicos: ao final da disciplina, espera-se que você seja capaz de:

1. Discorrer sobre as noções básicas da microeconomia e da macroeconomia;
2. Realizar análises a partir dos conceitos apreendidos na economia internacional;
3. Analisar a participação do Estado na economia através dos seus principais instrumentos de política econômica;
4. Estabelecer a relação entre a moeda, o crédito e o Sistema Bancário.

Roteiro de estudo

No início de cada unidade apresenta-se uma síntese dos temas que serão discutidos na unidade. Após a mesma, conteúdos relacionados aos temas foram dispostos, assim como atividades a serem desenvolvidas pelo aluno. Há sempre a preocupação em apresentar exemplos práticos em cada unidade para facilitar o seu aprendizado.

Para que a aprendizagem aconteça a contento, você aluno deve ler os conteúdos de cada unidade e quando entendido realizar as atividades propostas. Se por acaso você não entender o conteúdo para depois realizar as atividades, reúna-se em grupo e/ou entre na sala virtual para tirar as suas dúvidas.

Atividades integradas

Você está iniciando uma viagem ao mundo da ciência econômica, cujo objetivo é mostrar-lhe a aplicabilidade dos principais conceitos tratados na análise de questões práticas do dia a dia.

Dessa maneira, ao longo de cada unidade são apresentadas várias tarefas que incluem desde pesquisas complementares aos assuntos teóricos abordados nas unidades na internet; elaboração de comentários (sínteses) de fatos econômicos do momento através da participação dos alunos em fóruns e grupos de discussão; apresentação pelos alunos de sugestões de temas a serem estudados no ambiente, entre outras.

Além do material impresso nesse caderno, da utilização do ambiente virtual através de discussões e aprofundamento dos tópicos de cada unidade; estaremos também, disponibilizando através do site da disciplina um material de aula complementar ao caderno. Além desse material, será apresentado também, um vídeo de cerca de 20 minutos. Trata-se de um vídeo cujo objetivo é reforçar alguns conceitos econômicos estudados no caderno, com destaque para uma entrevista com especialista da área discorrendo sobre alguns dos principais problemas econômicos hoje no Brasil.

1

Conceitos fundamentais em Economia

Síntese:

Nesta unidade você verá alguns conceitos básicos da Ciência Econômica, tais como: economia, escassez, custo de oportunidade, produção, renda, recursos ou fatores de produção, bens e serviços, sistema econômico, mercado e economias de mercado. Em seguida, discutimos em breves linhas o objetivo e a metodologia da ciência econômica; a forma de pensar dos economistas através do exemplo de dois modelos econômicos e, por fim, são identificadas as duas principais divisões da ciência econômica: a micro e a macroeconomia. No final da unidade, você verá um breve retrospecto da evolução do pensamento econômico.

1.1 Conceito

A palavra **Economia** vem do termo grego *oikonomia* que significa **administração ou organização do lar**. Pode parecer um conceito simples, mas, pense bem: administrar uma casa é algo complexo, não se trata só da limpeza e de colocar tudo no lugar. Uma família confronta-se com muitas decisões em suas atividades rotineiras. Precisa definir qual tarefa cabe a cada membro e o que esses membros podem receber em troca dessas tarefas, tais como:

Quem prepara as refeições?

Quem limpará o carro?

Quem lavará a roupa?

Quem levará as crianças à escola?

E ainda, a família deve planejar como distribuir os recursos, a partir de perguntas como:

Quanto é o orçamento do mês?

Quanto se pode gastar?

O que não pode faltar durante o mês?

O que não é tão importante que se pode cortar dos gastos?

Quais os gastos que podem ser evitados para que outros sejam efetuados?

Essas e outras perguntas precisam ser respondidas e as respostas precisam ser postas em prática, algumas coisas devem ser descartadas em favor de outras, tudo deve ser ajustado dentro do seu orçamento, reservando-se cada recurso para sua utilidade específica, satisfazendo, assim, as necessidades de todos na casa. Esses ajustes fazem parte de um processo chamado **alocação**.

Partindo desse exemplo e seguindo para um conceito mais amplo, podemos dizer que a Economia estuda como administrar (alocar) recursos **escassos** para satisfazer as inúmeras necessidades de toda a sociedade, ou seja, a **Ciência Econômica** nos possibilita entender como surge o problema econômico da **escassez** que nos cerca e as alternativas para corrigir ou amenizar problemas sociais gerados pela escassez, como pobreza, inflação e desemprego. Veja sobre a escassez a partir de agora.

1.2 O problema econômico da escassez

Escassez não é a falta de dinheiro, ou de alimentos ou de bens. Ela é uma situação que ocorre porque os **desejos** e **necessidades** humanas são **ilimitados** e os recursos (financeiros ou bens) disponíveis são **insuficientes** para atender essas necessidades. Ou seja, a escassez é o problema entre os desejos humanos e os meios disponíveis para satisfazê-los.

Alocação é o ato de colocar algo de maneira a que esteja disponível às pessoas. Também é destinar ou reservar algo para determinado fim.

Você sabia? A **escassez** é o **principal problema econômico de uma sociedade**. Se ela não existisse, não seria necessário entendermos de Economia.

Existem dois tipos de escassez que nos forçam a escolhas para fazermos alocações de recursos:

- a) A **escassez de poder aquisitivo** e;
- b) A **escassez de tempo**.

A **escassez de poder aquisitivo** é um problema no qual já passamos em algum momento de nossa vida. Por exemplo, quando as pessoas desejam comprar mais bens e usufruir de mais serviços, além dos que comumente compram ou usufruem, elas se deparam com a necessidade de aumentar a renda ou sacrificar algo para adquirir esses outros bens e serviços.

A **escassez de tempo** também está presente em nosso dia a dia, visto que muitas atividades que gostamos precisamos fazer, como ir ao trabalho, à faculdade, ao cinema, tirar férias, ir navegar etc., exigem não só dinheiro, como tempo. Veja, então, que tanto o poder aquisitivo sofre limitações, como há pouco tempo por dia para dedicarmos à satisfação de nossas atividades ou recreação. Assim, é necessário comparar e decidir entre as opções, desistindo de outras. Esta decisão envolve algo chamado **custo de oportunidade**, que será o tema a ser abordado no próximo tópico.

1.3 O custo de oportunidade

Você lembra da pergunta que fizemos lá no item “Conceitos”, sobre gastos que podem ser evitados para que outros sejam efetuados? Essa é uma pergunta importante para o que vamos falar agora, pois com a escassez de recursos você se vê obrigado a satisfazer uma necessidade, abrindo mão de outra. As famílias têm rendas limitadas e buscam satisfazer, por isso, seus desejos a partir de escolhas cuidadosas. Decidem alocar seus gastos entre diferentes bens e serviços.

Quando nos referimos a abrir mão de um bem em favor de outro, isso é feito por meio de escolhas. Custa-nos algo preterir um bem que desejamos, para adquirir o que escolhemos, o que consideramos mais necessário. Por exemplo, quando você decide comprar uma casa, um computador, ou um livro, você abre mão de outras coisas para realizar sua compra. Tudo que você abriu mão é chamado de **custo de oportunidade**, ou seja, é aquilo que você deixa de ganhar em uma transação por escolher uma determinada opção.

1.4 Os recursos ou fatores de produção

As famílias e outros grupos humanos formam a sociedade em geral, e a sociedade precisa de pessoas para produzir alimentos, construir casas, carros, máquinas. Também necessita de médicos para atender aos enfermos, de professores para ensinar conhecimentos, de advogados para a defesa de direitos, enfim, toda a sociedade possui

Sabia disso? Escassez está mais ligada ao desejo ou necessidade de algo, do que à existência limitada desse algo. Um bem pode ter sua oferta limitada. Entretanto, se esse bem não for desejado, se não houver procura por ele, ele não será escasso.

Importante: não confunda escassez com pobreza. Pobreza é a situação de se possuir pouquíssimos bens. Escassez significa ter mais desejos e necessidades do que recursos para satisfazê-los, ainda que haja muitos bens.

Bens elaborados são bens produzidos para serem utilizados por outras indústrias ou outras atividades relacionadas à economia, como, por exemplo, material usado em telecomunicação, máquinas agrícolas, equipamentos hospitalares, etc.

necessidades coletivas de educação, saúde, segurança, justiça, lazer. Em vista disso, defronta-se com muitas decisões: o que e quanto produzir, como produzir e para quem produzir. Por isso existem os **recursos produtivos** e **bens elaborados**.

Recursos são os fatores ou elementos básicos utilizados na produção de bens e serviços. São caracterizados como **fatores produtivos**. Eles são classificados em três categorias: **terra**, **trabalho** e **capital**. Qualquer bem ou serviço produzido em nossa sociedade resulta da combinação desses recursos.

1. Terra: é o espaço físico onde se desenvolve a produção, além dos recursos naturais nela encontrados, como petróleo, ferro, carvão, madeira.

2. Trabalho: é o tempo utilizado pelas pessoas para a produção de bens e serviços.

3. Capital: consiste num bem de longa duração usado para a produção de bens e serviços. Nessa categoria incluímos o capital físico identificado pelos prédios, máquinas e equipamentos, e o capital humano entendido como as habilidades e o treinamento detidos pelos trabalhadores.

No livro “Introdução à economia: uma abordagem crítica” (1998, p.29), o professor da UNICAMP, Wilson Cano, explica o conceito do termo capital da seguinte maneira:

A palavra capital (assim como o investimento) permite várias acepções. [...] Para o conjunto da economia, capital tem o sentido real dos instrumentos auxiliares da produção e dos bens que ampliam a capacidade produtiva da nação: ferramentas, máquinas, instalações, edifícios destinados à produção, novas residências, portos, aeroportos, estradas, comunicações, escolas, hospitais etc.

1.5 Classificações dos bens: o que são bens e serviços em economia?

Os **bens** são os objetos concretos, materiais, tangíveis, como roupas, televisores, automóveis; já os **serviços** podem ser entendidos como serviços de transporte, de educação, de saúde, intermediação financeira, comunicações, dentre outros. Os bens usados em economia podem ser distinguidos por categorias de uso:

(i) Os **bens de consumo ou bens finais:** são os bens já disponíveis para o consumidor, seja nas lojas, na padaria ou nos supermercados.

Podem ser classificados em:

1. Bens de consumo não duráveis e semiduráveis: são aqueles que se esgotam de imediato, no ato de utilização pelo seu consumidor, como é o caso dos alimentos, produtos de higiene e limpeza e das bebidas, etc;

2. Bens de consumo duráveis: são aqueles cuja vida útil, não se esgota de imediato com o uso, a exemplo dos automóveis, fogões, eletrodomésticos, etc.

(ii) Os bens de capital: são os bens produzidos para serem utilizados na produção de outros bens, não se destinando ao consumo final dos indivíduos. Nesse caso, temos as máquinas, os equipamentos, os prédios e galpões.

(iii) Os bens intermediários: são bens que ainda vão sofrer algum tipo de transformação, não estando, portanto, disponíveis para o consumidor. Exemplos: o couro, enquanto **insumo**, na fabricação do sapato, a madeira para a indústria de móveis, o tecido a ser utilizado na produção de roupas. Outros exemplos: ferro, aço, laminados etc.

1.6 Objetivo da Ciência Econômica

O objetivo da Ciência Econômica é analisar as decisões (escolhas) econômicas da sociedade no que se refere: ao tempo destinado ao trabalho; ao que produzir ou ao quanto produzir; qual tecnologia empregar; e quanto investir e poupar da renda para atender suas necessidades básicas. Além disso, tece explicações de como se estabelece o preço e a quantidade vendida de um determinado bem no mercado, a partir da interação que se dá entre dois grandes grupos de pessoas - compradores e vendedores; elaboram também, explicações técnicas sobre os fenômenos econômicos que interferem tanto no crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) quanto na elevação do preço dos bens e serviços do sistema econômico, entre outros diversos problemas econômicos que afetam nosso bem-estar e qualidade de vida.

1.7 Método da Ciência Econômica: como pensam os economistas?

Os economistas pensam de uma maneira analítica, isto é, utilizam-se do método científico para explicar os problemas econômicos. Realizam cálculos matemáticos relacionados aos custos das decisões individuais (pessoas, empresas) e coletivas (sociedade); procuram entender como os eventos são relacionados e constroem modelos abstratos para compreender o funcionamento do sistema econômico, com base em dados numéricos (principalmente) para avaliar a veracidade ou não das análises econômicas efetuadas.

Método científico é conjunto de processos ou operações mentais

que se devem empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada na pesquisa.

Os métodos que fornecem as bases lógicas de investigação são: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993).

Se uma pessoa, por exemplo, deseja comprar uma televisão nova e não dispõe de dinheiro suficiente no momento para adquiri-la, o que deve fazer? Um economista pensaria assim: o que eu devo abrir mão para possuir uma televisão nova hoje, de bens ou serviços de consumo? Ele está usando o conceito de custo de oportunidade, lembra-se?

As relações de causa e efeito também fazem parte das análises econômicas, por exemplo, por que os preços de bens e serviços sobem quando o governo decide aumentar a quantidade de moeda que circula na economia? Qual a relação entre esses dois eventos? Essas são questões analisadas pelos economistas.

Um modelo é uma representação abstrata (simplificada) da realidade. Ele não tem, portanto, de ser idêntico a ela. É “algo” que é extraído do mundo real para ajudar a entender como ele funciona. Os economistas se sentem bastante à vontade utilizando-se de modelos que simplifiquem a realidade para mostrar como interagem os agentes econômicos no sistema econômico.

Dessa forma, assim como outros cientistas, os economistas constroem *modelos econômicos* a partir de diagramas e afirmações (equações) matemáticas com o objetivo de elaborar diferentes hipóteses para responder a questões distintas sobre como funciona o *sistema econômico*. Ou seja, utiliza-se de dados, principalmente numéricos, para pautarem suas teorias.

Cervo e Bervian (2002, p.57) explicitam o conceito de teoria da seguinte forma:

Ainda que seja um sistema lógico e coerente, capaz de orientar o pensamento como a ação, principalmente, na investigação científica, a teoria não é e não pode ser entendida como a verdade. Ela reflete, sim, o estado da arte no conhecimento sobre determinado fato ou fenômeno em um espaço e um tempo também determinados e pode e deve ainda bem, ser modificada pelos avanços posteriores do conhecimento e da própria ciência.

1.7.1 Exemplos de modelos econômicos

Nas aulas de Biologia, o professor utiliza réplicas plásticas do corpo humano para explicar o seu funcionamento. Por outro lado, quando é necessário descrever algum fato ou fenômeno da realidade, utiliza-se uma teoria para explicar as causas e o funcionamento daquele

fenômeno estudado. Uma teoria pode ser apresentada sob a forma de um modelo, como a réplica do corpo humano no ensino da Biologia.

Os **modelos econômicos** são compostos por um conjunto de relações que podem ser expressas na forma de palavras, diagramas, tabelas de dados, gráficos, equações matemáticas ou qualquer combinação desses elementos, o que possibilita a simulação de fenômenos, observados empiricamente ou não.

1.7.2 Diagrama do Fluxo Circular de Renda

A economia é formada por milhões de pessoas atuantes em diversas atividades: compras, vendas, trabalho, produção, distribuição, entre outras. Uma ferramenta utilizada pelos economistas para estudar e analisar como se processa a interação entre os agentes econômicos no sistema econômico, está formalizada num modelo conhecido como **Diagrama do Fluxo Circular de Renda**.

Um sistema econômico pode ser definido como a forma política, social e econômica pela qual está organizada uma sociedade. É um particular sistema de organização da produção, distribuição e consumo de todos os bens e serviços cujas pessoas utilizam buscando uma melhoria no padrão de vida e bem-estar.

Os elementos básicos de um sistema econômico são:

1. O estoque de recursos produtivos ou fatores de produção: representados pelos recursos humanos (trabalho e capacidade empresarial), o capital, a terra, as reservas naturais e a tecnologia;
2. As unidades produtoras de bens e serviços: representadas pelas empresas;
3. O conjunto de instituições políticas jurídicas, econômicas e sociais: formam a base da organização da sociedade.

A ciência econômica busca, em especial, esclarecer como funcionam as economias capitalistas. Um ponto de partida conveniente para tal tarefa consiste em entender tais economias como **economias de mercado**.

Economias de mercado são economias nas quais uma infinidade de agentes econômicos, tais como, empresas, indivíduos, setor público e agentes externos (de outros países), interagem no mercado e cujas decisões envolvem a aquisição e a venda de bens e serviços. Essas decisões, porém, são interdependentes: em uma divisão de trabalho assaz complexa, cada agente depende de decisões tomadas pelos demais.

Os diversos papéis desempenhados por agentes econômicos podem ser agrupados em três grandes setores:

- (i) o **setor primário** abrange as atividades que se realizam próximas às bases dos recursos naturais, isto é, as atividades agrícolas, pesqueiras, pecuárias e extrativas;

(ii) o **setor secundário** inclui as atividades industriais, mediante as quais são transformados os bens;

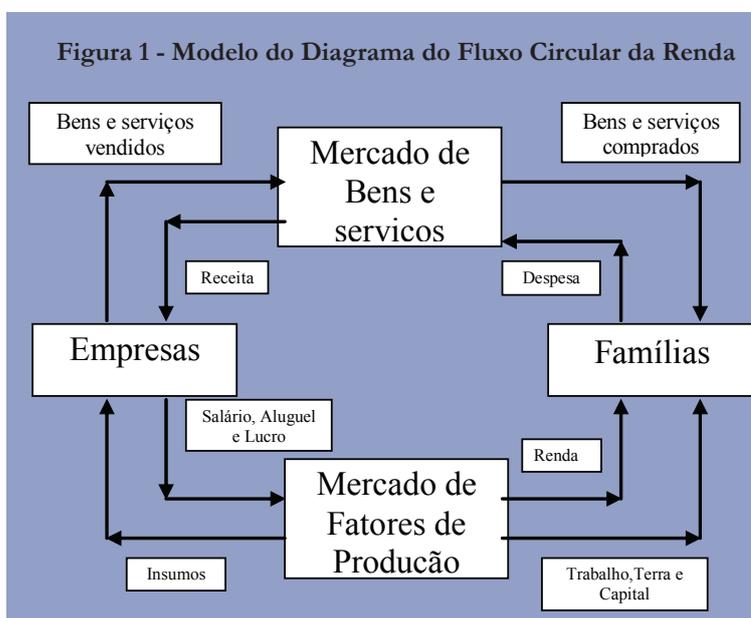
(iii) o **setor terciário** ou de serviços reúne atividades voltadas para satisfazer as necessidades de serviços produtivos que não se transformam em algo material.

No modelo mais simples do Diagrama do Fluxo Circular de renda existem apenas dois tomadores de decisões: famílias e empresas. As empresas são os agentes econômicos que produzem bens e serviços e utilizam os fatores produtivos (capital, trabalho e terra) pertencentes às famílias. As famílias, por outro lado, são agentes econômicos que cedem seus fatores de produção às firmas para serem usados no processo produtivo. Pela cessão de seus fatores produtivos às empresas, as famílias recebem uma renda correspondente à remuneração de cada um dos fatores empregados.

A interação entre esses agentes citados se estabelece em dois tipos de **mercados**, ou seja, no **lugar** onde **compradores** e **vendedores** se encontram para comprar ou vender bens, serviços e fatores de produção.

Tal definição de **mercado** não se refere necessariamente a um **local físico**, mas, sim, aonde se encontram os fluxos de oferta (vendedores) e demanda (compradores), sejam de fatores de produção, sejam de bens e serviços.

No **mercado de bens e serviços**, as famílias são os agentes que compram os bens e serviços produzidos pelas empresas. Já o **mercado de fatores de produção** é o lugar onde as famílias oferecem às empresas os fatores de produção necessários à produção de bens e serviços em troca do recebimento das rendas provenientes do uso desses fatores (renda da terra, lucro e salário).



Da interação entre os agentes no processo de produção da economia, surgem de dois tipos de **fluxos** simultâneos:

– **Fluxo monetário**, ou nominal, ou de renda, vale dizer, fluxo resultado da remuneração dos fatores de produção e;

– **Fluxo real**, de bens e serviços ou produtivo representado pela produção resultante do emprego dos fatores de produção.

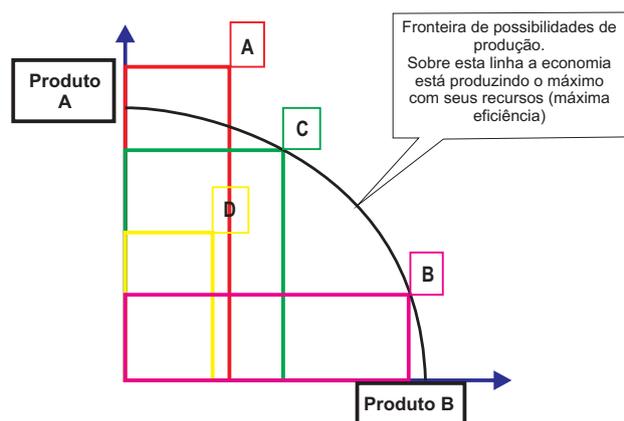
1.7.3 A Fronteira de Possibilidades de Produção

O modelo econômico da **Fronteira de Possibilidades de Produção** ilustra algumas das ideias econômicas do funcionamento da nossa realidade. Embora no mundo real circulem milhares de bens e serviços, supõe-se uma economia onde existam apenas dois produtos: o Bem A e o Bem B.

O gráfico da **Fronteira de Possibilidades de Produção** representa as várias combinações desses bens no caso específico, A e B - potencialmente produzíveis pela economia, dados os fatores de produção e tecnologia disponíveis para as empresas. A economia não pode produzir em pontos fora da fronteira de possibilidades de produção, apenas em pontos sobre ou dentro da fronteira.

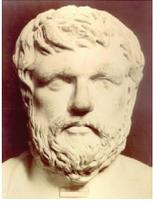
A Figura 2 ilustra uma fronteira de possibilidades de produção. Revela-nos a quantidade máxima que podemos produzir tanto do bem A, quanto do bem B. Posições além da fronteira, como o ponto C, não podem ser atingidas pela economia, pois a mesma não tem tecnologia nem recursos de produção necessários para tanto.

Figura 2-Fronteira de possibilidades de produção



As escolhas da sociedade estão limitadas apenas aos pontos sobre a curva ou dentro da curva de possibilidades de produção. Dizemos que na economia existe eficiência quando ela utiliza todos seus recursos escassos disponíveis para obter bens e serviços. Assim, para a economia produzir mais do bem B, a produção do bem A terá de ser reduzida. O ponto D representa uma situação de ineficiência, na qual a economia produz menos do que lhe permite a disponibilidade de recursos atuais.

Assim, a fronteira de possibilidades de produção também nos revela a ideia econômica de custo de oportunidade. Assim, caso se obtenha determinada combinação de bens, com emprego eficaz de todos os recursos de que dispõe a sociedade, para se produzir uma unidade a mais de um dos dois bens, significa que o custo de obter mais unidades de um é precisamente deixar de produzir algumas unidades do outro.



Xenofontes, grego nascido em Atenas, foi historiador, soldado, escritor e discípulo de Sócrates (428 aC - 355 aC).

1.8 As duas divisões da Ciência Econômica - Micro e Macroeconomia

A Ciência Econômica pode ser compreendida por duas óticas que se complementam: a **macroeconomia** e a **microeconomia**. A macroeconomia estuda o comportamento da economia como um todo, isto é, da produção total de bens e serviços, das taxas de inflação e do desemprego, bem como das políticas fiscal e monetária, entre outros temas. Por outro lado, a **microeconomia** estuda o comportamento do consumidor e de produtores em mercados específicos, preocupando-se com a forma pela qual preços e quantidades são determinados nesses mercados.

1.9 Breve histórico da evolução do pensamento econômico

As ideias econômicas são elaboradas conforme a situação da sociedade, da época e dos locais onde elas surgem, ou seja, elas estão estreitamente relacionadas ao seu contexto. Para fins didáticos apresentamos agora uma breve exposição sobre a evolução do pensamento econômico e seus principais personagens.



William Petty (1623-1687) foi médico, poeta, cientista, estatístico e economista inglês. Antecipou muitos conceitos clássicos da Economia, e destacou a importância da divisão do trabalho.

1) A fase pré-científica da Economia

Esta fase foi composta por três períodos: a **Antiguidade Grega**, a **Idade Média** e o **Mercantilismo**.

- Na **Antiguidade Grega**, o termo **economia** (do grego *oikonomia*, formado por: *oikos* = casa e, *nomos* = lei) foi utilizado pela primeira vez por **Xenofontes**, e era relacionada à administração dos bens privados. Os autores gregos e romanos não criaram uma teoria econômica propriamente dita, eles se preocupavam apenas com aspectos práticos da administração doméstica ou aspectos relativos ao dinheiro das transações econômicas. No entanto, elaboraram algumas ideias econômicas sobre os impostos e rede de transportes.

- Na **Idade Média** (entre séculos V e XV), o pensamento econômico foi orientado pela moral cristã. A igreja reconheceu a dignidade do trabalho manual e intelectual, defendia o “preço justo” - um preço cobrado à base do custo real (materiais e trabalho), sem qualquer aumento - e condenava a cobrança de juros (a usura).

- Os **Mercantilistas** (1450-1750) foram os primeiros a estudar a economia de forma organizada, mesmo que houvesse diferentes pensamentos a respeito. Alguns de seus principais pensadores, como **William Petty** e **Cantillon**, consideravam que a riqueza de um país se media pelo seu estoque de metais preciosos. Com isso, buscavam estabelecer os princípios de como estimular e promover o comércio exterior no intuito de guardar e economizar esses metais. Eles defendiam a ideia de que o Estado deveria interferir na Economia.



Richard Cantillon publicou em 1755 a obra “Sobre a natureza do comércio em geral”, teorias relevantes sobre economia moderna. Alguns o consideram o fundador da Economia moderna.

2) A fase da criação científica da Economia (1750-1870)

compreende várias escolas, a saber:

- **Fisiocracia:** foi uma escola do final do século XVIII. Ensinava que a agricultura era a principal fonte de riqueza e as atividades econômicas eram exclusivamente dependentes das leis que regem a natureza. Ensinava também que o excesso de produção agrícola é que permitia o desenvolvimento do comércio. Os que produziam apenas para simplesmente sobreviver eram considerados pobres. Os fisiocratas também acreditavam que o governo não deveria intervir no comércio. O principal pensador foi **François Quesnay**, médico, responsável pelas noções de **órgãos, fluxos e circulação**, termos da medicina e biologia que são usados em economia;

- Os **Clássicos** (fins do século XVIII - início do século XIX): esta escola consolidou a Economia como uma área científica própria. Os clássicos lançaram as bases do **liberalismo econômico**, corrente de pensamento que defendia a total liberdade econômica para que a iniciativa privada pudesse se desenvolver sem a interferência do Governo. Preocupavam-se em explicar o porquê da riqueza das nações. Principais pensadores: **Adam Smith** (A Riqueza das Nações de 1776), David Ricardo, John Stuart Mill, Jean-Baptiste Say;

- Os **Marxistas:** escola baseada nos fundamentos de **Karl Marx** (1818 - 1883), um crítico do sistema capitalista. Descreveu o capitalismo dos grandes cartéis (acordos comerciais) e o crescente conflito entre “capital e trabalho”. Para Marx, o capitalismo não possui mecanismos de correção dos próprios erros, e por causa disso, o sistema apresentaria crises econômicas que aconteceriam frequentemente, as quais gerariam a concentração ou centralização de capital (firmas menores e mais frágeis seriam eliminadas a cada crise);

- **Escola Neoclássica** (1870-1929): trabalhou a análise da Economia com o uso intensivo da Matemática e alocação (distribuição para diversos lugares). Seus membros (os que seguiam a ideia da escola Neoclássica) afirmavam que os fundamentos da conduta econômica do homem eram a escassez de recursos diante das necessidades ilimitadas. Exponentes: Marshall, Walras, Schumpeter, Pareto, Pigou, Edgeworth, entre outros.

- **Escola Keynesiana:** como exemplo da fase mais atual da evolução do pensamento econômico, a Escola Keynesiana tem como expoente principal o autor **John Maynard Keynes** (1883-1946). No seu livro “Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda”, de 1936, Keynes criticou a Lei de Say, segundo a qual a oferta cria sua própria demanda (procura), isto é, o aumento da produção se transforma em adição de renda para trabalhadores e empresários, os quais, posteriormente,

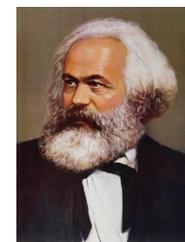


François Quesnay
(1694 - 1774).

O **Liberalismo econômico** também entendia que a livre concorrência entre os empresários regularia as transações do mercado, provocaria a queda de preços e favoreceria as inovações tecnológicas que melhoram a qualidade dos produtos e aumentam o ritmo de produção.



Adam Smith, filósofo e economista escocês do século XVIII, teve grande influência na burguesia europeia, pois atacava a política econômica mercantilista. Suas ideias foram extremamente importantes para o desenvolvimento do capitalismo nos séculos XIX e XX.



Karl Marx influenciou drasticamente a História, com ideias fundamentais na Revolução Socialista, alcançando metade da população mundial. Países como Rússia, China e Cuba, adotaram o sistema Socialista de governo.



Vá ao ambiente virtual e faça as atividades propostas para esta unidade.

gastam na compra de mercadorias e serviços. O **Princípio da Demanda Efetiva**, elaborado por Keyner, nega a Lei de Say, mostrando que nem toda a renda se reverte em consumo adicional. O Princípio da Demanda Efetiva refere-se a uma situação na qual “a demanda cria sua própria oferta, isto é, se houver procura, as firmas querem produzir” (KEYNES, J. M. 1996, p.61) e é necessária a intervenção do governo por meio de uma política de gastos públicos. Para Keynes, os clássicos (liberais) acreditavam nos princípios autocorretivos do mercado, mas não sabiam e não apresentavam soluções para as crises. Keynes demonstrou que os mercados não possuíam forças naturais autocorretivas, e ele defendia a noção de que variações na renda (riqueza) dependem das decisões privadas de gastos (demanda efetiva), especialmente do investimento.

2

Noções de Microeconomia

Síntese:

Nessa unidade será discutida a atuação das principais forças de mercado: demanda(procura) e oferta, assim como as estruturas de mercado que afetam essas forças; os fatores que ocasionam deslocamentos nessas forças; como se processa o equilíbrio de mercado e o conceito de elasticidade. Também serão discutidos os principais custos que uma firma incorre ao produzir bens ou serviços.

Oferta é a quantidade do produto ou serviço **disponível para ser comprado**. **Demanda** é a quantidade de produtos ou serviços que os consumidores **estão dispostos a comprar**.

1 Conceito

A **microeconomia** estuda:

- A **oferta** e a **demanda** (procura) por bens e serviços;
- O modo como preços e quantidades produzidas são determinados e,
- Como os fatores de produção são utilizados no processo produtivo.

A microeconomia ainda esclarece como o consumidor toma suas decisões de compra, como suas escolhas são influenciadas pela variação de preços e rendas, e analisa a decisão nas firmas quanto a:

- alocação (distribuição) de recursos produtivos;
- produção de bens e serviços;
- escolha da tecnologia utilizada;
- escolha de entrar e sair em distintos mercados e,
- interação de todos esses elementos citados.

2.2 O Sistema de Preços: as forças de mercado

A oferta e a procura por bens e serviços são as forças que influenciam os preços e as condições do mercado. Os preços de mercado surgem da interação entre vendedores ofertantes dos bens e serviços, e compradores desses bens e serviços.

A teoria econômica define **mercado** como o encontro dos fluxos de oferta e demanda, sejam de fatores de produção ou de bens e serviços. Nessa definição, não há necessariamente um local físico onde tais fluxos se encontram, embora, todas as transações de venda e de compra se realizem em locais apropriados para tal. Os fenômenos de oferta e demanda e a formação de preços depende de cada bem ou serviço e cada um deles tem seu mercado próprio. Como se comportam a oferta e a demanda e, por conseguinte, os preços, dependem das estruturas de mercado.

2.3 As estruturas de mercado afetam a oferta e a demanda

As estruturas de mercado são os modelos de como os mercados estão organizados. Cada estrutura de mercado baseia-se em hipóteses e características observadas da interação da oferta e da demanda. Na teoria econômica há quatro diferentes estruturas de mercado que afetam a oferta e a demanda: a **concorrência perfeita**, o **monopólio**, a **concorrência monopolista** e o **oligopólio**. Vejamos brevemente suas principais características:

- **Concorrência Perfeita** - há um grande número de compradores e vendedores, relativamente pequenos; o produto é homogêneo, isto é, o bem vendido por uma firma é um substituto perfeito do bem vendido

por outra qualquer do mesmo mercado; todos os agentes participantes desse mercado têm informação perfeita sobre os elementos relevantes, quer dizer, têm as informações completas sobre preço de mercado; existe livre mobilidade de recursos (produtivos) e não há barreiras à entrada (obstáculos) nesse mercado. Por exemplo, se uma empresa qualquer detectar uma oportunidade de negócio num determinado mercado, então, ela não terá dificuldade de contratar os fatores de produção e entrar nesse negócio; as empresas não têm controle sobre o preço, portanto, cada produtor ou consumidor individual é incapaz de influenciar o mercado, no entanto, o conjunto de todos esses agentes afeta o mercado e seu equilíbrio; a característica principal é a volatilidade do preço, ou seja, os preços se movem de modo quase constante, à medida que o comércio transforma a oferta e a demanda. Ex: Produtos hortifrutigranjeiros;

- **Monopólio:** há somente um vendedor do bem ou serviço; o poder advém do fato de ser apenas um vendedor; produto exclusivo/sem alternativas próximas; entrada e saída no mercado impedidas por regulamentações governamentais; monopólios regularizados estabelecem os preços, mas precisam de permissão por parte dos órgãos de regulamentação. As barreiras podem ser: Naturais, decorrente da eficiência econômica da empresa (economias de escala e diferenciação do produto); e Artificiais, decorrente da proteção do Estado (patentes e controle de fontes da matéria-prima).

O monopolista pode discriminar preços e usar o poder de monopólio. Discriminar preços é cobrar preços diferentes em distintas classes de compradores, por um produto idêntico, ou então, cobrar o mesmo preço por produto que têm custos diferentes. Ex.: venda de produtos no Rio de Janeiro com o mesmo preço do Amazonas, sendo a empresa sediada no Rio; descontos nos supermercados na compra de maiores quantidades; cinema para estudantes. Poder de Monopólio é quando um produtor, ao trabalhar com capacidade ociosa, coloca no mercado um volume menor de produção, cobrando preços superiores àqueles que seriam praticados se o mercado fosse competitivo;

- **Oligopólios** - número pequeno de grandes vendedores; produto padronizado ou diferenciado; difícil entrada no mercado; produtores dispõem das informações completas sobre os preços de mercado; alguns vendedores ganham a maior parte da receita total do mercado; entrada difícil devido a altos custos de partida, às marcas bem estabelecidas e aos sistemas de distribuição; preço definido pelo líder. O poder do vendedor depende do tamanho ou diferenciação;

- **Concorrência monopolista** - grande número de compradores e vendedores, relativamente pequenos; bens diferenciados habilitam as

empresas a definir preços mais altos, porém ligeiras diferenças de preços; entrada e saída relativamente fácil no mercado, embora tal aspecto dificulte a diferenciação. Quando a rentabilidade de um setor está alta (lucros econômicos ou extraordinários) no curto prazo, novas firmas automaticamente ingressarão e o lucro assume o seu nível normal no longo prazo. As empresas produzem um produto diferenciado, embora com substitutos próximos. Ex.: restaurantes.

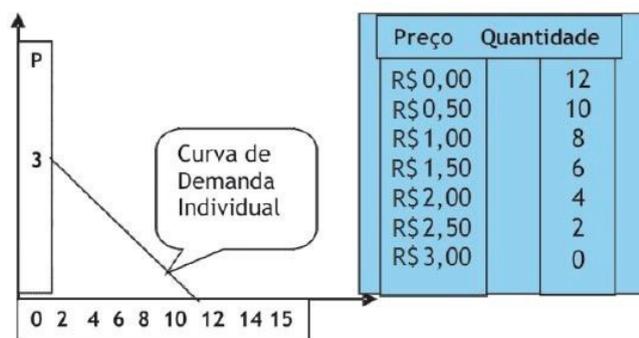
2.4 A demanda

A demanda dos consumidores por um bem ou serviço cresce com a queda no seu preço, e aumenta quando este diminui. Essa relação é expressa por uma curva de demanda descendente - quanto menor o preço, maior a quantidade demandada.

A curva declina por dois motivos: com o aumento dos preços, a demanda cai porque os consumidores podem comprar outras opções; e, quando os preços sobem, o poder de compra dos consumidores é limitado, logo, os consumidores compram menos.

A curva de demanda define o número de bens ou serviços que serão comprados pelos consumidores dentro de uma faixa de preços que pretendem pagar.

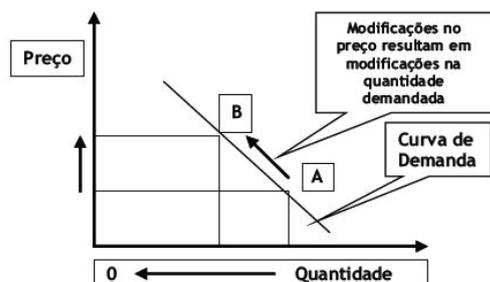
Figura 3 - Esquema de demanda individual de mercado e Curva de Demanda Individual.



Se o preço de um bem ou serviço qualquer nada custasse, R\$ 0,00, a quantidade demandada de João seria de 12 unidades. Se o preço desse bem subisse para R\$ 2,00 a unidade, a quantidade demandada por João seria agora de apenas 4 unidades. A demanda de mercado por um bem ou serviço nada mais é do que soma das demandas individuais (João, Maria, Antônio, Paula, etc.), obtém-se somando todas as demandas individuais a um dado preço.

A curva de demanda é descendente, porque, quanto maior o preço, menor a quantidade demandada, *ceteris paribus*. Trata-se de um movimento ao longo da Curva de Demanda (Figura 4).

Figura 4 - Movimentos ao longo da curva de demanda



2.4.1 Deslocamentos da Curva de Demanda

Há outros fatores determinantes, além do preço, que afetam a demanda: receita (renda), gostos, preferências, preço de produtos relacionados (complementares e substitutos), expectativas futuras, número de compradores (Figura 5).

1. Receita - Quando a receita aumenta, as pessoas tendem a comprar mais bens e serviços. Os bens cuja demanda aumenta com o aumento da renda são chamados bens normais. Exemplos: a maioria dos produtos. Os bens cuja demanda diminui com o aumento da renda são chamados bens inferiores. Exemplos: Produtos de baixa qualidade. Margarina.

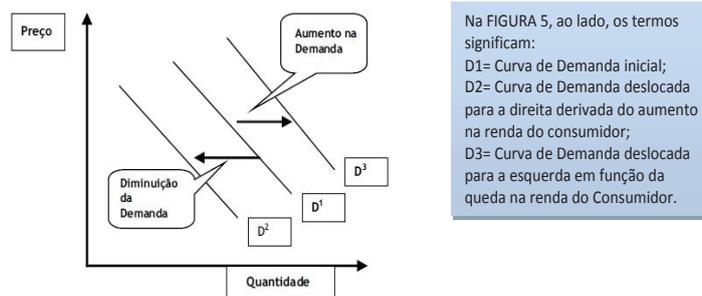
2. Gostos e Preferências - Os gostos e preferências do consumidor mudam com o passar do tempo. O que já foi popular torna-se ultrapassado. Ou, quando os consumidores começam a acreditar que devem ter um bem, as preferências podem mudar rapidamente.

3. Preço de bens relacionados - Quando sobe o preço de um produto alternativo, aumenta a demanda do outro. Os consumidores já deram preferência à empresa, como a Procter & Gamble, apesar dos altos preços dos bens dessa marca. Porém, assim que perceberam que a qualidade dos produtos de outra marca era comparável à dos daquela empresa, os preços mais baixos da concorrente provocaram uma alteração nas preferências dos consumidores, aumentando a demanda pelos produtos da concorrente da Procter & Gamble, reduzindo a demanda pelos produtos desta última.

4. Expectativas futuras - Quando os consumidores esperam que um bem ou serviço aumente de preço, tenderão a não comprá-los e, comprando menos, sua procura irá declinar.

5. Número de compradores - Quando um grande grupo de consumidores se encaixa em um perfil demográfico similar, amplia a procura por produtos com apelo junto a eles. Exemplo: a influência dos idosos tem sido crescente, pois seu número está aumentando, influenciando na procura por produtos voltados para eles.

Figura 5 - Deslocamentos da curva de demanda

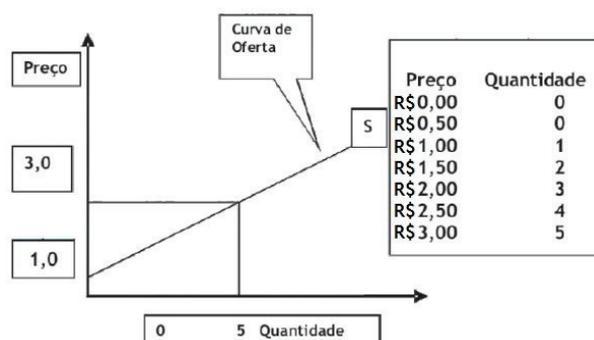


2.5 A oferta

A oferta é definida como a quantidade de bem ou serviço que um produtor ou vendedor está disposto a oferecer a cada preço, em determinado período de tempo.

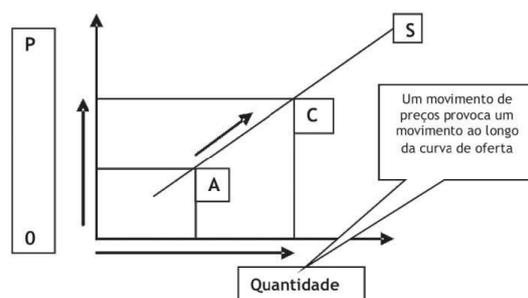
A Curva de Oferta é ascendente, ou seja, inclina-se para cima porque os produtores estarão dispostos a oferecer menores quantidades de bens ou serviços, quanto mais baixo for o preço desses. Portanto, a decisão de produzir é guiada pelo princípio da maximização de lucros, embutido na Lei geral da oferta que informa: a quantidade ofertada de bens e serviços será tão maior quanto maior forem o preço destes, mantidos constante os demais elementos. Os produtores nada vão produzir ao preço R\$ 0,00, mas, se o preço do bem em questão subir para, por exemplo, R\$ 2,50, a quantidade por eles ofertada será de 4 unidades. Logo, a curva de oferta individual de um bem ou serviço é ascendente.

Figura 6 - Esquema de oferta individual de mercado



A oferta de mercado é a soma das ofertas individuais de cada produtor de um dado bem ou serviço. Logo, a Curva de Oferta de mercado é a soma de todas as ofertas individuais a um dado preço. Um aumento no preço do bem ou serviço ampliará a quantidade ofertada desse bem no mercado. Portanto, trata-se de um deslocamento ao longo da curva de oferta de mercado (Figura 7).

Figura 7 - Movimentos ao longo da Curva de Oferta



2.5.1 Deslocamentos da Curva de Oferta

A oferta na economia também sofre influências de outros fatores além do preço: custo de produção, tecnologia, condições climáticas, preço dos produtos de outros vendedores, expectativas futuras, número de vendedores.

a) **Custo de Produção:** determina quanto de um bem ou serviço pode ser produzido em relação ao lucro necessário às empresas. Os custos variáveis, como salários e preço dos materiais, e os custos fixos, como equipamentos e maquinário, podem aumentar o custo de produção, limitando, assim, a oferta.

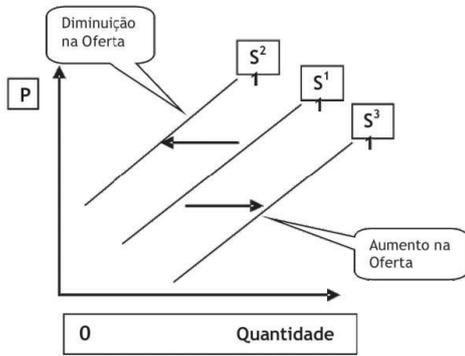
b) **Tecnologia:** permite, por exemplo, às empresas manipularem os estoques de modo mais eficiente, dando-lhes capacidade de lidar com estoques maiores reduzindo o custo. Os gerentes devem se informar sobre as mudanças tecnológicas para que suas firmas não sejam pegas desprevenidas por novos produtos, mais atraentes, criados pela concorrência.

c) **Preços de outros produtos:** quando um produto é considerado lucrativo, a oferta de bens complementares aumenta.

d) **Expectativas futuras:** a introdução de um novo produto no mercado pode alterar os planos dos fabricantes de outros bens, os quais também se utilizam do produto lançado. Ex: Windows 95. Outros fabricantes exploraram as ferramentas propiciadas pelo Windows 95: desde planilhas eletrônicas a jogos.

e) **Número de vendedores:** se houver um vendedor no mercado, há um monopólio e tal vendedor possui imenso poder sobre a oferta de bens produzidos e seu preço. Quando há um grande número de vendedores, há mais concorrência e maior variedade de bens.

f) **Condições climáticas:** quando a produção agrícola de feijão sofre com o clima, a oferta cai e os preços tendem a subir.



Na figura 8 os termos S¹; S²; S³; P significam:

S¹ = Curva de oferta inicial;

S² = Curva de oferta após a diminuição na produção devido às condições climáticas ruins;

S³ = Curva de oferta após o aumento na produção derivado de um avanço tecnológico na produção do bem.

P = Preço

2.6 Equilíbrio de Mercado

A quantidade produzida e o preço de mercado são determinados pela interseção das curvas de oferta e demanda (Figura 9). Todavia, há outros fatores, além do preço, que afetam a oferta e a demanda e, sempre que um desses fatores muda, o equilíbrio de mercado é afetado.

Equilíbrio de mercado consiste em uma situação na qual o preço de um bem ou serviço atinge um valor que iguala quantidade demandada com quantidade ofertada no mercado.

O equilíbrio de mercado ocorre quando o preço do bem atinge R\$ 2,00. Neste preço, a quantidade ofertada (7 unidades) do bem é igual à quantidade demandada (7 unidades) pelo bem. Na interseção dessas duas curvas, dá-se o ponto de equilíbrio no mercado. Nenhum outro preço é o preço de equilíbrio desse mercado, isto é, não há tendência para uma variação de preço.

Figura 9 - Equilíbrio de mercado



2.7 O conceito de elasticidade em economia

O conceito de **elasticidade** é usado para medir a reação das pessoas frente às mudanças em variáveis econômicas. Por exemplo, para alguns bens, os consumidores reagem bastante quando o preço varia. Para outros, a demanda pouco se altera quando o preço sobe ou desce. No primeiro caso, a demanda é elástica. No segundo, é inelástica. Do mesmo modo os produtores também têm suas reações: a oferta pode ser elástica ou inelástica.

A demanda muda em relação direta com o preço. A elasticidade significa que os preços variam dentro de uma faixa que é determinada

pela reposta dos consumidores. Quando há uma mudança nos preços, muda também a demanda. Os gerentes têm de saber até onde podem subir o preço sem deixarem de ser competitivos, e até onde reduzi-lo sem perder a lucratividade.

Logo, a demanda é elástica quando um preço reduzido atrai mais compradores para comprar o produto e o crescimento das vendas compensa o preço reduzido. A elasticidade envolve também o conceito de que a variação do preço é limitada: após um determinado ponto no extremo da faixa, os consumidores não vão mais comprar o produto. Quando a demanda não é elástica, há pouca variação. O componente do preço não afeta a demanda.

O tempo é outro elemento de elasticidade: quanto maior o tempo disponível, maior o potencial de elasticidade. A demanda tem mais chances de mudar, pois as pessoas têm tempo para escolher alternativas, ou, com o tempo, sua atitude frente ao produto muda.

2.7.1 A Elasticidade-preço da demanda (E_d)

A elasticidade-preço da demanda (E_d) mede a reação dos consumidores às mudanças no preço, e é calculada pela razão entre variação percentual na quantidade demandada, dividida pela mudança percentual no preço. Ou seja,

$$E_d = \frac{\text{variação percentual na quantidade demandada}}{\text{mudança percentual no preço}}$$

Exemplo 1:

O preço da carne aumenta de R\$ 2,00 para R\$ 2,20. Qual a elasticidade-preço da demanda por carne quando a quantidade demandada é de 85 milhões de quilos por ano, ao preço de R\$ 2,20 e, quando a quantidade demandada é de 100 milhões de quilos por ano, ao preço de R\$2,00?

A mudança absoluta na quantidade foi de 15 milhões de quilos (100 - 85) para baixo. Em termos percentuais isso equivale a 15%, pois a quantidade era de 100 milhões quilos a R\$ 2,00, este era o preço inicial. Quando o preço aumentou para R\$ 2,20 houve uma queda na quantidade demandada de 15% [(85 - 100) / 100 * 100%].

A mudança absoluta no preço foi de R\$ 0,20 (2,20 - 2,00) para cima. Em termos percentuais isso equivale a 10%, já que o preço inicial era de R\$ 2,00 e aumentou para R\$ 2,20; houve um aumento de 10% [(2,20 - 2,00) / 2,00 * 100%].

O percentual pode ser calculado por regra de três simples:

Se a quantidade era 100 e caiu para 85 a uma queda de 15.

Então a regra é se 100 equivalem a 100% a quanto equivalerá 15?

O que resulta em $100x = 100 \cdot 15 \Rightarrow x = 1500/100 \Rightarrow x = 15\%$

Isto também ocorre com o preço. O preço aumentou de R\$ 2,00 para R\$ 2,20.

O aumento foi de R\$ 0,20. Se R\$ 2,00 era 100% do preço quanto seria R\$ 0,20?

100 _____ 100%

15 _____ x %

O que resulta em $2x = 100 \cdot 0,20 \Rightarrow x = 20/2 \Rightarrow x = 10\%$

A elasticidade desta mudança é de $E_d = 15\%/10\% = 1,5$.

2 _____ 100%

0,20 _____ x %

2.8 Custos de produção: custos fixos e custos variáveis

Os economistas têm um método interessante de definir e medir custos. Em vez de perguntar quanto determinado produto (bem ou serviço) vai custar ou quanto terá de pagar por ele, procuram saber o tipo de sacrifício necessário para obtê-lo. Para que não seja confundido com a aceção (escolha) tradicional do termo “custo”, os economistas usam o termo “custo de oportunidade”, para se referir ao que será sacrificado em prol de algum objetivo.

O objetivo econômico de uma firma é maximizar seus lucros dados seus custos. Estes são classificados em custos fixos e custos variáveis.

- Os custos fixos não variam com a quantidade produzida ou receita de vendas, tais como: despesas de aluguel, energia, juros, folha de pagamento.

- Os custos variáveis variam diretamente com o nível de produção. Esses custos tendem a ser constantes por unidade produzida, porém variam com o número de unidades produzidas.

Já a receita total é o preço vezes a quantidade vendida. Receita total menos custo total é o lucro da firma.

Preço do Bem ou Serviço X Quantidade Vendida = Receita total.

Custo Total de produção = Custo Fixo mais Custo Variável.

Receita Total menos Custo Total de Produção = Lucro.

O custo total de produção consiste na soma dos custos fixos com os custos variáveis, isto para qualquer nível de produção. A partir desses custos podemos derivar outros conceitos de custos: O custo médio

é o custo unitário em dado nível de produção. É igual ao custo total dividido pelo total de unidades produzidas.

Em geral, o custo total médio de um produto cai de maneira regular à medida que mais unidades são produzidas. Tais economias de escala decorrem de um aumento no volume da produção e da experiência, o que incentiva as firmas a ampliarem sua participação no mercado. Com maior volume, os custos reduzidos podem ser repassados a clientes, estratégia que funciona melhor com bens que estão entrando no estágio de crescimento rápido de seu ciclo de vida.

Ciclo de vida do produto: quando os administradores de uma empresa lançam um produto, esperam que sua vida útil seja longa e produtiva. Contudo, eles sabem que o produto não venderá para sempre, ou seja, ele possui um “ciclo de vida”. Este ciclo é evidenciado através de cinco estágios: Desenvolvimento do produto; Introdução; Crescimento; e Maturidade (vejamos a seguir cada um deles):

Desenvolvimento do produto: começa quando a empresa encontra e desenvolve a idéia de um novo produto. Durante esse desenvolvimento, as vendas são iguais a zero e os custos do investimento são crescentes. Aparece na figura como lucro “negativo”.

Introdução: período de lento crescimento das vendas à medida que o produto é introduzido no mercado. Não há lucros nesse estágio devido aos altos custos da introdução. Especialmente com propaganda e distribuição.

Crescimento: período de rápida aceitação no mercado e de lucros crescentes. Isto supondo que o produto foi aceito pelo mercado.

Maturidade: período em que o crescimento das vendas diminui. As vendas começam a diminuir, pois outros novos produtos concorrentes estão se projetando. Se gasta muito dinheiro com propaganda para enfrentar a concorrência.

(ABRANTES, José. Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Professor Titular/pesquisador do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM).

O custo de produção por unidade cai a princípio e depois começa a subir. Por quê? Porque poderemos conseguir descontos na compra de matérias-primas em grande quantidade e assim os custos médios caem. Mas, em algum ponto, nossa linha de produção se sobrecarrega; adicionamos 2º e 3º turnos (significando pagamento de horas extras) e nossos custos começam a se elevar.

Exemplo: Suponha uma firma que produza pares de sapatos. Por que precisamos conhecer os custos para a produção zero? Porque mesmo que a empresa não produza nada, teremos que assinar cheques para certas despesas ou gastos, tais como: licenças, aluguéis, manutenção - para mantê-la. Ou seja, a empresa possui custos fixos no valor de R\$ 500.000. Tais custos precisam ser pagos independentemente do quanto estivermos produzindo.

Se subtrairmos os custos fixos dos custos totais, obteremos os custos variáveis. O custo variável de produção de 40.000 unidades é de R\$ 1,1 milhão, então cada unidade tem um custo variável médio de R\$ $1.100.000/40.000 = R\$ 27,50$. O montante de pares de sapatos para o menor custo de produção unitário é, então, de 60.000 unidades.

Suponha que nossa produção seja de 100.000 unidades, devido ao preço relativamente alto em vigor. Mas, se os preços caem no mercado, precisamos redimensionar nossa produção ou corremos o risco de ficar com estoques enormes do bem não vendido. Então, começamos a produzir 60.000 unidades, diminuindo nossos custos.

Podemos produzir pares de sapatos por R\$ 22,50 e vendê-los por R\$ 30,00, com lucro de R\$ 7,50 por unidade. Tudo o que se produzir e vender por um preço acima do custo de produção irá gerar lucros, que poderão ser usados para compensar os custos fixos, que a firma tem de pagar, produzindo ou não.

Se fizermos 60.000 unidades, nossa receita será de $60.000 \times R\$ 30,00 = R\$ 1,8$ milhão. O total dos custos variáveis da empresa será de R\$ 1,348 milhão, então a diferença é de R\$ 452.000. (R\$1.800.000 menos R\$1.348.000).

O que está acontecendo? Estamos perdendo dinheiro (prejuízo operacional), pois, os custos fixos da empresa somam R\$ 500.000. Se os custos totais somam R\$ 1,348 milhão + R\$ 500.000 = R\$ 1,848 milhão. Perdemos R\$ 48.000. Estamos no vermelho!!! Não podemos operar no vermelho para sempre! Deixamos de lado um item de custo muito importante: o custo de oportunidade.

Suponha que os acionistas tenham R\$ 8 milhões de capital investido nessa empresa. O dinheiro poderia acabar sendo tirado da empresa através da venda dos prédios e dos equipamentos, e investido em alguma outra atividade ou produto. Levaria meses ou anos para se conseguir isso, é claro. Ao fazê-lo, a empresa e os acionistas receberiam uma taxa de digamos, 8% de retorno sobre seu dinheiro, mais ou menos no mesmo nível do risco.

Para comparar a lucratividade da empresa com a melhor alternativa, a alternativa deve ter o mesmo grau de risco, caso contrário, nós estaríamos comparando “bananas com laranjas”.

Como podemos avaliar o custo de oportunidade aqui? Há dois modos: um seria somarmos os custos oportunidade de capital aos outros custos; outra compararia a taxa de retorno do capital da firma com o nível de 8%.

Analisando o custo de oportunidade temos, portanto, o seguinte raciocínio: se o capital estiver rendendo menos de 8%, poderemos conseguir algo melhor em longo prazo se o direcionarmos para alguma

atividade, e nós devemos exatamente isso aos acionistas da empresa. Então, 8% de R\$ 8 milhões são R\$ 640.000. Temos de incluir esse fato nos nossos cálculos, antes de tomarmos alguma decisão em relação à viabilidade da fábrica a longo prazo.

Considerando todos os custos, inclusive custos fixos e custos de oportunidade do capital da empresa, o menor custo que se pode conseguir por unidade é R\$ 39,00 a uma produção de 80.000 unidades.

Por isso, no longo prazo, a taxa de produção mais eficiente, é 80.000, não 60.000 unidades. Por quê? Porque quanto mais se produzir, menores serão os custos excessivos por unidade. A empresa diluiu seus custos fixos (R\$ 500.000), por um volume maior de produção, dessa forma, cada unidade carregará, em si, uma parcela menor dos custos fixos. É como se tivéssemos numa ponte: quanto mais pilares ela tiver para sustentar seu peso, menor será o peso sobre cada um dos pilares. O Quadro 1 mostra tal processo.



Vá ao ambiente virtual e faça as atividades propostas para esta unidade.

Quadro 1 - Custos de produção e quantidades produzidas de Sapatos

| Quantidades produzidas (milhares) | 0 | 40 | 60 | 80 | 100 |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|
| Custo Total | 500 | 1.600 | 1.848 | 2.480 | 3.500 |
| Custo oportunidade do capital | 640 | 640 | 640 | 640 | 640 |
| Custo variável | 0 | 1.100 | 1.348 | 1.980 | 3.000 |
| Custo variável médio | ---- | 27,50 | 22,50 | 24,75 | 30,00 |
| Custo total, inclusive custo de oportunidade) | 1.140 | 2.240 | 2.488 | 3.120 | 4.140 |
| Custo médio Distribuído | ---- | 56 | 41,47 | 39,00 | 41,40 |

3

Noções de Macroeconomia

Síntese

A unidade 3 examina as contas nacionais e seus principais agregados macroeconômicos; as três óticas de mensuração do PIB; a distinção entre: (1) produto bruto e produto líquido e (2) produto real e produto nominal; mostra sucintamente o papel dos índices de preços e trata também das funções do governo na economia com ênfase na sua política fiscal.

3.1 As contas nacionais

Assim como as empresas têm sistemas de contabilidade financeira, que registram suas movimentações financeiras, os países também têm sistemas de contabilidade nacionais. A Contabilidade Nacional é um sistema contábil que permite avaliação da atividade econômica (do país). É possível, portanto, obter-se um retrato da realidade econômica e social dos países ou regiões, assim como, acompanhar como crescem e se desenvolvem ao longo do tempo.

O Sistema de Contas Nacionais é usado pelos economistas para analisar e mensurar o comportamento da economia em seus múltiplos aspectos. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – é a instituição responsável por regularmentar; realizar pesquisas; levantar dados relativos às geociências; às estatísticas sociais demográficas e econômicas e elaborar o sistema de contas nacionais do país. É a partir dos dados fornecidos pelo IBGE que economistas elaboram diagnósticos da atividade econômica e identificam os entraves (obstáculos) ao crescimento econômico no país.

Os principais agregados macroeconômicos derivados das Contas Nacionais são as medidas de Produto, Renda e Despesa.

PIB é o valor dos bens e serviços finais produzidos por fatores de produção localizados dentro das fronteiras geográficas do país, não importando assim a propriedade dos referidos fatores, se pertencentes a residentes ou não residentes no país.

Observe, porém, que parte desses bens – os bens intermediários – é usada na produção de outros bens. Se contarmos todos os bens, finais e intermediários, incluiremos os intermediários duas ou mais vezes. Para evitar essa dupla contagem no PIB, somamos os valores de todos os bens produzidos – valor bruto da produção - excluindo depois o valor das matérias-primas e insumos (uso de equipamentos, capital, horas de trabalho etc.) intermediários, obtendo assim o valor adicionado.

Mas, o que é valor bruto da produção? Este valor (ou simplesmente Valor da produção) é identificado como o faturamento ou a receita de vendas, de cada setor produtivo. Retirando da receita de vendas os gastos com as compras de bens intermediários, o que sobra é a remuneração dos fatores de produção de cada setor. Por outro lado, se somarmos em cada unidade de produção, apenas o que foi acrescido de novo em cada etapa produtiva também obtemos o valor adicionado.

PIB é igual à soma da produção total dos bens e serviços finais dos setores: primário (agricultura e pecuária); secundário (indústria) e terciário (comércio, transporte, comunicações, publicidade, educação, saúde, lazer, serviços financeiros e de seguros, administração pública, serviços pessoais).

Pode-se definir

Macroeconomia como o estudo dos fenômenos que englobam toda a economia.

Ela é conhecida como “teoria da renda”. Ela trata da obtenção ou criação das riquezas econômicas (rendas) e suas respectivas repartição ou distribuição.

3.2 As três óticas de mensuração do PIB na economia

Exemplo 1: O cálculo do Valor do Adicionado de um país num dado período pode ser alcançado por três óticas: do Produto, da Renda e da Despesa.

Suponha, então, que a produção de uma firma (hipotética) em 2012 tenha alcançado 500 unidades, vendidas ao preço unitário de R\$ 2,00. As informações contábeis da firma são apresentadas a seguir:

Calculando o Valor adicionado da Firma.

-Valor da Produção (500 X R\$ 2,00) R\$1000,00

-Despesas Operacionais R\$ 800,00

(i) Pagamento de Salários R\$ 500,00

(ii) Custo de Matérias Primas R\$ 300,00

-Receita Líquida de Vendas R\$ 200,00

As despesas operacionais somaram R\$ 800,00, como resultado da soma das despesas de salários com os custos de matérias-primas. A receita líquida de vendas totalizou R\$ 200,00, ou seja, o valor da produção menos as despesas operacionais (R\$ 1.000,00 - R\$ 800,00). Qual é a contribuição dessa empresa para o total do produto do país? Em outras palavras, qual é o valor que a firma adiciona ao PIB?

Considerando a medida do valor da produção dessa firma e, caso sejam somados o resultados das outras que compõem o sistema econômico no país, incorre-se em dupla contagem, pois a produção de bens que são utilizados na produção de outros bens será contada duas ou mais vezes. Desse modo, o custo de matérias-primas é uma produção de outras firmas e, portanto, não deve ser contado como contribuição da firma que a transforma para o PIB. Logo,

Valor Adicionado = Valor da Produção (quantidade x preço) menos Consumo de bens intermediários

Valor Adicionado = (R\$ 1000,00 – R\$ 300,00) = R\$ 700,00

Por conseguinte, a soma dos valores adicionados de todas as empresas será igual ao Produto Interno Bruto de um País em determinado ano. Esta maneira de se calcular o produto chama-se ótica do produto.

• **ÓTICA DO PRODUTO = VALOR DA PRODUÇÃO menos VALOR DO CONSUMO INTERMEDIÁRIO.**

A outra forma de se calcular o PIB de um país é denominada de ótica da renda. Neste caso, o produto se chama Renda Interna Bruta - RIB. A contabilização da riqueza de um país, o PIB é calculado nessa ótica pela soma de todas as remunerações dos fatores que participaram do processo produtivo.

• **ÓTICA DA RENDA – RIB = SOMA DAS REMUNERAÇÕES AOS FATORES DE PRODUÇÃO** (= Soma de Salários + Lucros + Juros + Aluguéis).

No exemplo, os fatores de produção utilizados foram: o capital e a mão-de-obra. O somatório de R\$ 500,00 (renda do trabalho) e R\$ 200,00 equivalem à receita líquida (remuneração do capital). Logo, pela ótica da renda, o produto também é igual a R\$ 700,00.

Existe ainda uma terceira maneira de se avaliar o PIB de um país chamada de ótica da despesa. O agregado macroeconômico obtido é a Despesa Interna Bruta - DIB, pela qual podemos saber quais os tipos de gastos que a sociedade incorre.

No exemplo dado, supondo que as famílias gastam seus salários na aquisição de bens de consumo (R\$ 500,00) e o rendimento de capital obtido seja utilizado para despesas de investimento (R\$ 200,00). Portanto, pela ótica da despesa o produto também é de R\$ 700,00.

• **ÓTICA DA DESPESA (DISPÊNDIO ou DEMANDA) = SOMA DOS GASTOS FINAIS NA ECONOMIA EM BENS E SERVIÇOS, NACIONAIS E IMPORTADOS.**

Considerando todos os dispêndios, podemos calcular o PIB pela seguinte equação: $DIB = C + I + (X - M)$ = Demanda agregada por bens e serviços.

Logo, $PIB = RIB = DIB$.

O termo C refere-se aos gastos finais em consumo - pelos residentes domésticos privados para suprir necessidades correntes;

O termo I diz respeito aos gastos em investimento - usado para aumentar a capacidade produtiva futura (construções, máquinas e equipamentos);

G trata-se dos gastos governamentais em consumo e investimento; e, $(X$ menos $M)$ é igual ao saldo das Exportações (X) menos Importações (M) de bens e serviços.

3.3 Outros agregados macroeconômicos: PNB e RNB

O Produto Nacional Bruto (PNB) é o valor dos bens e serviços finais produzidos por fatores de produção de propriedade de agentes econômicos residentes no país, não importando se esses fatores estão localizados dentro ou fora do país em questão. Por outro lado, A Renda Nacional Bruta mede a remuneração gerada por fatores de produção de propriedade de residentes.

Por exemplo, a produção da Petrobrás no exterior conta no PIB do país em que ela opera sua produção, mas, no cômputo do PNB, é

contabilizada apenas no Brasil. É uma produção realizada no exterior por fatores de produção nacionais, brasileiros.

A diferença entre PIB e PNB é a Renda líquida enviada ao exterior.

3.3.1 Os conceitos de Renda Interna Bruta (RIB) e a Renda Líquida Enviada ao Exterior (RLE)

A Renda Interna Bruta é o somatório da remuneração dos fatores de produção de residentes e não residentes, utilizados na produção de bens ou serviços finais dentro das fronteiras do país.

A Renda Líquida Enviada ao Exterior se refere à diferença entre os recebimentos e as remessas de transações de fatores de produção (dividendos, juros, lucros, salários e ordenados, etc.), isto é, a Recebida do Exterior (RRE) menos a Renda Enviada ao Exterior (REE).

| | |
|---|--------------|
| Valor da Produção | R\$ 1.000,00 |
| Despesas Operacionais | R\$ 800,00 |
| (i) Pagamentos de Salários | R\$ 500,00 |
| a brasileiros | R\$ 400,00 |
| a argentinos | R\$ 100,00 |
| (ii) Custo das matérias-primas (nacional e importada) | R\$ 300,00 |
| Receita líquida de vendas | R\$ 200,00 |
| paga a brasileiros | R\$ 100,00 |
| paga a argentinos | R\$ 100,00 |

Exemplo 2:

Supondo que a firma do exemplo 1 seja de propriedade de brasileiros e argentinos e alguns dos trabalhadores sejam argentinos.

A contribuição da firma ao PIB do país é de R\$ 700,00. Entretanto, ao calcularmos o PNB devemos descontar do PIB, o pagamento efetuado a fatores de produção não residentes (argentinos, no exemplo).

Então, descontamos R\$ 100,00 que corresponde ao pagamento de salários aos argentinos e o pagamento de R\$ 100,00 (receita líquida de vendas = “lucros”) dos argentinos. O valor do PNB encontrado será de R\$ 500,00.

$$\text{PIB} = \text{R\$ } 700,00$$

$$\text{Pela ótica do Produto: PNB} = (\text{R\$ } 1000 - \text{R\$ } 300) - \text{R\$ } 200$$

$$\text{Pela ótica da Renda: RNB} = \text{R\$ } 500 = \text{R\$ } 400 + \text{R\$ } 100$$

3.4 Produto líquido e produto bruto – Qual a diferença?

Quando se obtém o PIB da economia, considera-se a produção de bens e serviços finais produzidos no país durante determinado período

de tempo. Porém, os bens de capital, usados atualmente no processo de produção, foram produzidos em um período anterior e podem ainda ser utilizados nos períodos posteriores. Dessa forma, apenas uma parcela desses bens é repassada ao produto final, representada pelo desgaste do capital. Sendo assim, se for medido o Produto Agregado Líquido da economia num determinado período de tempo, deve-se levar em conta o desgaste físico de seu estoque de capital.

A depreciação do estoque de capital constitui-se, na prática, um fundo de reservas das empresas de reposição de capital: devido tanto ao desgaste físico como a obsolescência(condição de ser útil) das máquinas e equipamentos.

Considerando o PIB da firma de R\$ 700,00 para obtermos o Produto Líquido, devemos subtrair desse valor a depreciação de capital de R\$ 10,00.

| | |
|--------------------------------|-------------|
| Valor da Produção | R\$1.000,00 |
| Despesas Operacionais | R\$ 810,00 |
| (i)Pagamentos de Salários | R\$ 500,00 |
| a brasileiros | R\$ 400,00 |
| a argentinos | R\$ 100,00 |
| (ii) Custo das matérias-primas | R\$ 300,00 |
| Reservas para Depreciação | R\$ 10,00 |
| Receita líquida de vendas | R\$ 190,00 |

Exemplo 3:

$$PIL = PIB - \text{depreciação} = R\$ 700,00 - R\$10,0.$$

$$PIL = \text{Produto Interno Líquido} = R\$ 690,00.$$

3.5 A diferença entre o PIB Real e o PIB Nominal

Por que devemos fazer essa distinção entre o Produto nominal e o Produto real na economia? Porque, quando se verifica um aumento no PIB entre dois anos consecutivos, esse aumento é derivado de duas causas: 1a) a economia está produzindo uma quantidade maior de bens e serviços; ou, 2a) os bens e serviços estão sendo vendidos a preços mais elevados.

Suponha que o PIB do país se elevou devido ao crescimento no preço dos bens e serviços, ou seja, por causa da inflação. Logo, é necessário, então, deduzirmos a inflação (deflacionar) do período analisado ao comparar os valores do PIB de um ano para outro. O valor do PIB antes da dedução da inflação é chamado de PIB nominal e, depois, de PIB real.

O PIB nominal reflete variações ao longo do tempo, tanto nos

preços quanto nas quantidades de bens e serviços produzidos durante determinado período. De outro modo, quando mensuramos o PIB real (a preços constantes) estamos acompanhando a evolução das quantidades, considerando uma dada estrutura, fixa numa base, de preços relativos.

A seguir, examina-se um exemplo de uma economia hipotética que produz apenas dois bens: arroz e feijão. São apresentados também, os valores das quantidades produzidas e dos preços entre os anos de 2002 e 2004.

Quadro 2 – Preço e quantidade de arroz e feijão 2002-2004

| | ARROZ | ARROZ | FEIJÃO | FEIJÃO |
|------|---------|------------|---------|------------|
| ANO | Preço | Quantidade | Preço | Quantidade |
| 2002 | R\$1,00 | 100 | R\$2,00 | 50 |
| 2003 | R\$2,00 | 150 | R\$3,00 | 100 |
| 2004 | R\$3,00 | 200 | R\$4,00 | 150 |

Exemplo 4: Cálculo do PIB nominal

No ano de 2004, por exemplo, o total da venda de arroz alcançou R\$ 600,00 (preço de arroz em 2004) R\$ 3,00 X 200 (quantidade de arroz em 2004). O total da venda de feijão no ano de 2004 foi de R\$ 600,00 (preço do feijão em 2004) R\$ 4,00 X 150 (quantidade do feijão).

Os valores alcançados dos PIBs nominais para os anos de 2002, 2003 e 2004 foram respectivamente iguais a R\$ 200,00, R\$ 600,00 e, R\$ 1.200,00.

Quadro 3 – PIB nominal 2002-2004 (a preços correntes)

| | ARROZ | FEIJÃO | PIB NOMINAL |
|------|-----------|-----------|-------------|
| ANO | | | |
| 2002 | R\$100,00 | R\$100,0 | R\$200,00 |
| 2003 | R\$300,00 | R\$300,00 | R\$600,00 |
| 2004 | R\$600,00 | R\$600,00 | R\$1.200,00 |

Para o cálculo do PIB real, escolhe-se inicialmente um período base como referência. No exemplo, o ano-base escolhido foi 2002. Calculando, temos:

Cálculo do PIB real

$P_{2002} \times Q_{2002}$

Para 2002, o arroz - R\$1,00 x 100 = R\$ 100,00

Para 2002, o feijão - R\$ 2,00 x 50 = R\$ 100,00

Total 2002 = R\$ 100,00 + R\$100,00 = R\$ 200,00

P2002 x Q2003

Para 2003, o arroz- R\$1,00 x 150= R\$ 150,00

Para 2003, o feijão R\$2,00 x 100= R\$ 200,00

Total 2003 = R\$ 350,00

P2002 x Q2004

Para 2004, o arroz R\$1,00 x200= R\$ 200,00

Para 2004, o feijão R\$2,00 x 150 R\$ 300,00

Total 2004 = R\$500,00

Quadro 4 -PIB Real -2002-2004 (ano-base:2002)

| | ARROZ | FEIJÃO | PIB REAL |
|------|-----------|-----------|-----------|
| ANO | | | |
| 2002 | R\$100,00 | R\$100,00 | R\$200,00 |
| 2003 | R\$150,00 | R\$200,00 | R\$350,00 |
| 2004 | R\$200,00 | R\$300,00 | R\$500,00 |

3.5.1 Os principais índices de preços e o conceito do deflator implícito do PIB

A inflação é obtida pela variação dos índices de preços. Estes permitem calcular a média da variação relativa dos preços de um conjunto de bens e serviços em uma sequência de períodos de tempo. Logo, quanto maior for a proporção da renda gasta com um bem ou serviço maior será seu peso no índice.

No Brasil há vários índices de preços usados para calcular a inflação, como o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), ambos calculados pelo IBGE, o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), que é calculado pela FGV/RJ, e o IPC (Índice de Preços ao Consumidor), calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP - FIEPE.

O IPCA do IBGE, índice atualmente adotado pelo governo federal para monitorar a evolução dos preços, trabalha com cestas que refletem o custo de vida para famílias com renda mensal de um a 40 salários mínimos e é apurado em 11 regiões metropolitanas do país. Já o INPC, a partir das mesmas regiões, trabalha com cestas referentes a famílias com renda mensal de 1 a 8 salários mínimos.

Outro modo de se estimar o PIB real na economia, ou seja, o que se produziu em termos de quantidade de bens e serviços finais na economia, é através do cálculo de um índice chamado de deflator implícito do produto. Este pode ser obtido pela divisão do PIB nominal pelo PIB real multiplicado por 100.

$$\text{Deflator do PIB} = \frac{\text{PIB Nominal}}{\text{PIB Real}} \times 100$$

Quadro 5 - PIB Real -2002-2004 (feijão e arroz)

| ANO | PIB | PIB | Deflator |
|------|-------------|-----------|-----------|
| | Nominal | Real | |
| 2002 | R\$200,00 | R\$200,00 | R\$100,00 |
| 2003 | R\$600,00 | R\$350,00 | R\$171,4 |
| 2004 | R\$1.200,00 | R\$500,00 | R\$240,0 |

OBS: O deflator no ano-base é sempre igual a 100.

3.6 Noções sobre o setor público

Por que uma mudança nos impostos interfere nas decisões individuais sobre despesas de consumo e de investimentos? Quais são as funções do governo na economia? O que é política fiscal? Tais questões serão examinadas a seguir.

O governo é o agente econômico central dentro do sistema econômico de um país, cujo objetivo é zelar pelo bem-estar da sociedade. Para tanto, o governo faz uso de instrumentos econômicos que agem sobre determinadas variáveis, por exemplo, a taxa de juros, a fim de atingir resultados satisfatórios para a população como um todo.

Entende-se por política fiscal, a atuação do governo quanto à arrecadação de impostos e aos gastos. Os impostos afetam o nível de demanda da economia, ao influir na renda disponível que os indivíduos destinam ao consumo e à poupança. Dado o nível de renda, quanto maiores os impostos, menor será a renda disponível e, portanto, o consumo. Também, quanto maior o gasto público, maiores serão a demanda(procura) e o produto agregado.

Quais são as principais funções do setor público (federal, municipal e estadual) e quais os seus objetivos?

São quatro as funções do setor público no sistema econômico: i) Função reguladora; ii) Função provedora de bens e serviços; iii) Função redistributiva e;iv) Função estabilizadora.

A função reguladora refere-se à capacidade do Estado em regular a atividade econômica através de leis e disposições administrativas;

Pela função provedora de bens e serviços, o Estado deve assumir a produção de bens e serviços essenciais, ou facilitar o acesso da sociedade aos mesmos, haja vista que o setor privado não tem interesse na sua produção.

A função redistributiva está relacionada ao papel de políticas econômicas na redistribuição de renda e riqueza entre pessoas e/ou

regiões no país. Como? Adotando impostos, o governo pode retirar dinheiro de segmentos mais abonados da sociedade, transferindo-os para os menos abonados.

Já a função estabilizadora do Estado compete aos formuladores de políticas econômicas. O propósito é estabilizar ou controlar grandes agregados macroeconômicos, como a taxa de inflação, taxa de desemprego e o nível de produção para garantir ou melhorar a qualidade de vida e o bem-estar social.

Para alcançar tais objetivos com eficácia, o setor público utiliza políticas e instrumentos econômicos: política monetária, política cambial e política fiscal. Teceremos alguns comentários sobre a política fiscal do governo.

A política fiscal consiste na elaboração e organização do orçamento do governo, o qual apresenta tanto as fontes de arrecadação quanto os gastos públicos a serem realizados em determinado exercício (período anual). Visa atender dois objetivos inter-relacionados: combater a alta taxa de desemprego na economia (se for o caso) e estimular crescimento econômico.

Os principais instrumentos fiscais do governo são os impostos, as despesas governamentais e o orçamento do governo.

3.6.1 Os impostos do governo

- Impostos Diretos: são aqueles que incidem sobre a renda ou propriedade das pessoas. Por exemplo: Imposto de Renda (IR), Imposto Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Veículos Automotivos (IPVA);

- Impostos Indiretos: incidem sobre transações com bens e serviços. Por exemplo: ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço), IPI (Imposto sobre Produtos industrializados), II (Imposto de Importação).

3.6.2 As despesas do governo

As despesas do governo são: despesas de consumo relativas a salários e ordenados da administração pública civil e militar; despesas de transferências formadas por benefícios pagos pela previdência social, como aposentadorias, pensões, FGTS, etc.; subsídios - pagamentos do governo às empresas públicas ou privadas objetivando baixar seus custos de produção, para que a venda de bens e serviços seja feita a preços mais baixos; despesas de investimentos que são gastos com máquinas, construção de estradas, pontes, infraestrutura etc.

3.6.3 O orçamento do governo

O orçamento do governo se refere ao saldo das receitas menos os gastos do governo. Se o governo gasta mais do que arrecada, incorre em déficit. Tal déficit pode ter várias conotações. Caso represente a diferença entre gastos públicos e arrecadação tributária no exercício, sem levar em conta o pagamento de juros e a correção da dívida passada, ele recebe a denominação de déficit primário ou fiscal. Se, no entanto, além desse resultado negativo acrescentarmos o pagamento dos juros da dívida passada, ele se chamará déficit operacional ou Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP).



Vá ao ambiente virtual e faça as atividades propostas para esta unidade.

4

Noções de economia monetária

Síntese

A unidade quatro analisa a importância da moeda na atividade econômica do país. É apresentado um breve relato de sua importância, suas funções e forma assumidas, assim como, os principais conceitos de moeda. A política monetária executada pelo Banco Central e o monitoramento das taxas de juros são estudados também nesta unidade.

4.1 A moeda: conceito, importância e funções

A moeda de uma economia, ou o conjunto de meios de pagamento é uma instituição que responde a uma necessidade social decorrente da divisão do trabalho. Consiste na totalidade dos ativos financeiros (papel-moeda, depósitos bancários, cheques de viagens) possuídos pelo público que pode ser utilizada a qualquer momento para liquidação de qualquer compromisso futuro ou à vista.

A moeda possui três funções no sistema econômico:

(1) Função de instrumento ou meio de troca - A principal função da moeda é a de ser meio de pagamento. Logo, a moeda é um ativo que pode ser usado na troca de bens e serviços e em operações de compra ou venda. No entanto, para ser meio de pagamento é fundamental que a moeda seja amplamente aceita e que toda a sociedade tenha confiança nela;

Tarefa (13): Dos instrumentos que

o BACEN pode utilizar para controlar a oferta de moeda na economia, qual é o mais punitivo para os bancos? Comente escrevendo um texto de no máximo duas laudas.

(2) Função de unidade de conta – A moeda é tida como o denominador comum nos quais todos os bens e serviços são medidos. Ela possibilita, portanto, que os valores de todos os bens ou serviços na economia sejam expressos em moeda nacional.

(3) Função de reserva de valor - Quando as pessoas recebem moeda em troca de bens ou serviços não há a necessidade imediata de gastá-la, pois a moeda pode manter o seu valor, isto é, pode ser usada como reserva de valor;

4.2 Formas assumidas pela moeda

A moeda pode assumir três tipos de formas na sociedade:

- Moedas metálicas: estas constituem pequena parcela dos meios de pagamento na economia e visam facilitar as operações de pequeno valor. São emitidas pelo Banco Central.

- Papel-moeda em poder do público (PMPP): esta representa parcela significativa da quantidade de dinheiro em poder do público, e também são emitidas pelo Banco Central;

- Moeda escritural ou bancária (DVbc) - é representada pelos depósitos à vista nos bancos comerciais (depósitos em conta corrente).

O papel moeda e as moedas metálicas em poder do público são denominados moedas manuais.

4.3 Meios de pagamento: conceito e composição

A moeda, assim como qualquer outro bem ou serviço, tem seu

preço e quantidade determinados pela oferta e demanda. A oferta de moeda constitui-se nos recursos financeiros colocados à disposição do público pelas autoridades monetárias e pelos bancos comerciais para atender às necessidades da sociedade. A oferta de moeda também é chamada de meios de pagamento.

Os meios de pagamento (MP) no sistema econômico são dados pela soma da moeda manual com a moeda escritural, ou seja: $MP = PMPP + DVbc$.

Quando nos referimos à moeda como o ativo mais líquido na economia, queremos enfatizar com isso, sua capacidade e disponibilidade de ser prontamente aceita para ser usada nas mais diversas transações econômicas. Aos meios de pagamento conceituados como moeda de liquidez imediata na literatura econômica chamamos de M1 ou ativos monetários.

$$M1 = MP = PMPP + DVbc.$$

Dessa forma, os meios de pagamento no conceito de M1 correspondem à soma de duas formas da moeda: moeda em poder do público mais os depósitos à vista nos bancos comerciais.

É possível também conceituarmos outros ativos ou haveres não monetários de alta liquidez (embora não tão imediata) que rendem juros e são denominados de quase-moedas, tais como: $M2 = M1 + \text{depósitos de poupança} + \text{títulos públicos (depósitos a prazo, letras cambiais, hipotecárias e imobiliárias)}$; $M3 = M2 + \text{fundos de renda fixa} + \text{operações compromissadas com títulos federais}$; $M4 = M3 + \text{títulos públicos federais}$.

O Banco Central do Brasil divulga os dados sobre a evolução dos agregados monetários no site <http://www.bcb.gov.br/>

4.4 Oferta de moeda e o papel do Banco Central - BACEN

A oferta e a demanda de moeda resultam de uma interação complexa de uma série de fatores. Um deles é a demanda das instituições e indivíduos por crédito, outro é a resposta do sistema bancário comercial a tal demanda.

A instituição governamental responsável pela produção do papel-moeda é a Casa da Moeda e a instituição responsável pela autorização de sua emissão é o Banco Central (BACEN) do país, cujo objetivo principal consiste em regular a moeda e o crédito, em níveis compatíveis com o crescimento do produto (manter a liquidez do sistema econômico) no país. O BACEN tem outras funções além dessa, de uma forma ou de outra relacionada ao seu papel de garantir a estabilidade da economia do ponto de vista monetário.

Além do BACEN, há outros setores que interagem através

da moeda na economia, por exemplo, o Setor Bancário. Este tem a possibilidade de criar ou destruir moeda. É permitido aos bancos comerciais manterem depósitos do público e emprestar uma quantia superior a suas reservas monetárias, isto é, podem emprestar parte de suas obrigações, os chamados depósitos à vista. Os bancos oferecem dinheiro por meio de empréstimos e cobram juros. Todavia, a taxa de juros cobrada depende da oferta e de demanda por crédito e da política monetária.

Já o Setor Não Bancário consiste nas unidades familiares, empresas, o Governo e sistema financeiro não monetário (BNDES, Banco de Investimento).

O sistema financeiro de um país compreende os mercados, os intermediários, as empresas de serviços e outras instituições usadas para possibilitar decisões financeiras às famílias, empresas e governos.

As instituições financeiras são empresas cujo negócio principal é proporcionar produtos e serviços financeiros. (Bancos, companhias de seguros, companhias de investimentos. Seus produtos incluem: contas correntes, empréstimos comerciais, hipotecas, fundos mútuos e amplo leque de contratos de seguros).

4.5 Principais funções do BACEN

Para exercer tais funções o governo dispõe de instrumentos para controlar a oferta de moeda na economia, vale dizer, do que se convencionou chamar de política monetária.

São quatro as funções do BACEN: (1) Ser o Banco emissor de moeda (controlar a oferta de moeda); (2) Ser o Banco dos bancos - os bancos depositam seus fundos e transferem entre eles através da câmara de compensação de cheques; ademais, o BACEN empresta aos bancos (redesconto bancário); (3) Ser o Banco do governo (canal que o Governo tem para impor sua política monetária; recebe fundos do Governo e emite títulos - obrigações - para venda ao público); (4) Ser o Banco depositário das reservas internacionais do país.

4.6 Os instrumentos clássicos da política monetária

A política monetária trata de controlar a quantidade de moeda que circula na economia e, da determinação da taxa básica de juros (SELIC). Dessa maneira, essa política atua sobre a base monetária com o objetivo de estabilizar a economia, isto é, manter o valor da moeda e eliminar a inflação.

Os principais instrumentos usados pelo Governo na condução da política monetária são: Depósito Compulsório; Redesconto ou Empréstimo de liquidez; Operações de Mercado aberto e, Crédito - através de medidas seletivas e restritivas.

• Depósitos Compulsórios

Os Depósitos Compulsórios referem-se a um percentual incidente sobre os depósitos captados pelos bancos comerciais, que deve ser colocado a disposição do Banco Central. A alteração das taxas de recolhimento compulsório determina a expansão ou a retração (diminuição) da atividade econômica.

• Política de Redesconto

A Política de redesconto pode ser de dois tipos:

1. Redesconto de Liquidez, ou normal: visa socorrer os bancos quanto a um eventual saldo negativo na conta de depósitos voluntários, ou seja, pretendendo equilibrar suas necessidades de caixa, no caso de aumento acentuado da demanda de recursos dos depositantes.

2. Redesconto especial ou seletivo: linha de crédito especial aos bancos.

• Operação de Mercado Aberto

São as vendas de títulos públicos pelo Banco Central, para remover os fundos ou as reservas que podem ser emprestados pelos bancos comerciais ou comuns. Estas operações funcionam como instrumento ágil de política monetária para melhorar o fluxo monetário da economia e influenciar os níveis das taxas de juros no curto prazo. Se a intenção do governo é aumentar os meios de pagamento, ele resgata os títulos públicos, injetando dinheiro na economia. Por outro lado, se o objetivo do governo for reduzir os meios de pagamento, ele coloca novos títulos da dívida para “enxugar” a quantidade de moeda em circulação na economia.

A taxa de juros cobrada pelo BACEN nas operações de redesconto chama-se Taxa de Redesconto. Esta taxa age sobre o nível de liquidez monetária da economia e sobre as taxas de juros praticadas pelos bancos.

• Regulamentação e Controle de Crédito

São intervenções diretas do banco central no mercado de crédito. Neste sentido, é um instrumento de controle da oferta monetária que se diferencia do trinômio compulsório, redesconto e mercado aberto. Referem-se à política de juros, controle de prazos, regras para o financiamento aos consumidores, etc.

4.7 Impactos da Política Monetária na atividade econômica

A política monetária adotada pelo Governo pode ser do tipo expansionista ou contracionista. A decisão governamental quanto à melhor política a ser executada, dependerá dos seus objetivos finais quanto à redução da inflação ou à elevação dos níveis de emprego ou renda na economia.

O Governo por meio de uma política monetária expansionista,

por exemplo, de redução da alíquota do depósito compulsório dos bancos, permite que os meios de pagamento circulem na economia em maior volume; em função disso, a atividade econômica é estimulada por causa do aumento da demanda agregada por bens e serviços, portanto, com reflexos positivos sobre o nível da renda e emprego no país.

| Instrumentos | Oferta monetária | Taxas de juros |
|--|----------------------|------------------------|
| 1. Recolhimento Compulsório - Aumenta a taxa * reduz a taxa | - reduz * aumenta | - aumenta * diminui |
| 2. Redesconto - aumenta juros, reduz prazo * reduz juros, aumenta prazo | - reduz * aumenta | - aumenta * reduz |
| 3. Open Market - Venda de títulos * Compra de Títulos | - reduz * aumenta | - aumenta * reduz |
| 4. Operações de Crédito - Restringe * Amplia | - Reduz * amplia | - aumenta * reduz |

O Governo pode influir diretamente na taxa de juros, porque a remuneração paga para os agentes que carregam papéis emitidos pelo governo (os títulos públicos) acaba por configurar um piso (uma referência) para todo o espectro (todos os autovalores) das taxas existentes no mercado. A taxa de juros é importante porque influencia um dos componentes da demanda agregada, o nível de investimento.

4.8 Conceitos de base monetária e multiplicador dos meios de pagamento

O Banco Central influencia a oferta de moeda, mas não é o único no sistema econômico, pois, tanto os bancos comerciais quanto os indivíduos podem afetar também, a oferta de moeda. Qual a relação entre oferta de moeda e base monetária?

O banco comercial capta recursos diretamente do público - os depósitos - e faz empréstimos a partir desses recursos. Para evitar prejuízos aos depositantes, o governo obriga os bancos a manterem reservas: uma percentagem (fração) determinada dos depósitos à vista fica retida no BACEN. Os bancos também detêm uma parcela de seus recursos denominada de reservas voluntárias no banco, para sua própria segurança.

A base monetária (B)

O papel-moeda emitido (PME) pelo Banco Central menos a caixa do Banco Central (CBC) é igual ao montante de papel-moeda em circulação (PMC), ou meio circulante.

Dessa forma, $PME - CBC = PMC$.

Os bancos comerciais retêm parte do PMC, para fazer seu caixa. Assim, o PMC menos o encaixe (reserva) total dos bancos comerciais

(Et) é igual ao PMPP (papel - moeda em poder do público). Logo, PMC menos $Et = PMPP$.

Portanto, o papel-moeda emitido é igual caixa do BACEN mais reservas bancárias mais papel-moeda em poder do público, ou $PME = CBC + Et + PMPP$.

A base monetária é chamada de emissão primária de moeda e constitui-se na principal variável de política monetária do governo cuja soma compreende dois componentes: o papel-moeda em poder do público (PMPP) com o total de reservas (ou encaixes) dos bancos comerciais (Et), ou, $B = PMPP + Et = PMC$.

A base monetária é, portanto, igual ao total da moeda colocada em circulação pelo Banco Central. Se o $PMPP = MP$ menos $DVbc$. Então, a base monetária pode ser redefinida da seguinte forma: base monetária (B) é igual aos meios de pagamento – MP - menos os depósitos à vista nos bancos comerciais - $DVbc$ mais as reservas dos bancos comerciais – Et, ou $B = MP - DVbc + Et$.

Deve-se destacar que o Banco Central tem controle da base monetária, pois ele pode expandir (ou contrair) a mesma ao decidir aumentar (ou reduzir) o seu estoque de ativos ou pode ainda reduzir (ou aumentar) o seu passivo não monetário.

O multiplicador dos meios de pagamento

Como os bancos mantêm um volume de reservas muito inferior ao volume de depósitos à vista, segue-se que eles criam “meios de pagamento”.

O Multiplicador monetário mostra qual será o acréscimo no volume de meios de pagamento decorrente de um determinado acréscimo no volume de base monetária.

- $MP = \{1 / [1 - d(1 - e)]\} B$

- onde: $d = DVbc / MP$ é a proporção dos depósitos à vista no volume dos meios de pagamento.

- $e = Res. Banc. / DVbc$ é a proporção dos depósitos a vista que os bancos mantêm na forma de reservas.

A expansão da moeda, portanto, ocorre porque os empréstimos bancários criam novos depósitos nos bancos, mas vai depender de três coeficientes: (1) o percentual dos depósitos que é mantido em cash pelo público; (2) o percentual dos depósitos que é mantido como forma de reservas voluntárias pelos bancos e (3) a alíquota do compulsório.

O aumento de qualquer um desses coeficientes implica na criação de menos depósitos, pois, tanto os bancos quanto o público estariam retendo mais moeda.

Exemplo 1: Mostraremos a seguir através de uma situação hi-

potética o conceito de multiplicador monetário em termos práticos. Primeiro, faremos algumas suposições:

(1) A emissão primária da moeda pelo BACEN seja R\$ 100.000, sendo essa quantidade de moeda entregue ao público; (2) As pessoas depositarão todo o dinheiro nos bancos comerciais para movimentá-lo através de cheques (moeda em poder do público é nula); (3) Os bancos precisam manter em reservas técnicas, compulsórias e voluntárias 40% dos depósitos; e (4) Os bancos irão reter apenas o necessário para cobrir as reservas e emprestarão os recursos remanescentes.

Afinal, quanto deve ter sido o montante de dinheiro criado pelo sistema bancário na economia? O aumento da oferta de moeda na economia deve ser igual ao valor acrescentado inicial dividido pelas reservas dos bancos. Logo, o aumento da Oferta Monetária = $R\$ 100.000 / 0,40 = R\$ 250.000$.

Quadro 7 – Exemplo de criação da moeda pelo sistema bancário

| Banco | Dep. à vista | Reservas obrigatórias dos bancos comerciais | Empréstimos |
|-------|--------------|---|-------------|
| A | 100.000 | 40.000 | 60.000 |
| B | 60.000 | 24.000 | 36.000 |
| C | 36.000 | 14.400 | 21.600 |
| D | 21.600 | 8.640 | 12.960 |
| E | 12.960 | 5.184 | 7.776 |
| F | | | |
| TOTAL | 250.000 | 100.000 | 150.000 |

Note que o aumento da oferta monetária é igual ao valor reserva dos bancos comerciais sobre os depósitos à vista.

4.9 Taxas de juros: conceito

A taxa de juros representa um prêmio pelo fato de um proprietário de recursos financeiros abrirem mão da liquidez do seu capital. Os juros são definidos como o pagamento pelos serviços do capital, ou seja, como o preço de um empréstimo.

4.9.1 Como se determina a taxa de juros?

Em termos gerais, a taxa de juros representa o preço do dinheiro no tempo. É uma taxa de retorno prometida, e existem tantas taxas de juros quantas são as várias formas de empréstimo e tomadas de empréstimos.

As taxas de juros variam dependendo da unidade de conta, do vencimento, do risco de inadimplência do instrumento de crédito, das taxas de retorno sobre ativos de risco, e da inflação e taxas de juros reais.

Na teoria econômica podemos distinguir duas correntes teóricas que abordam a importância da taxa de juros no sistema econômico. Com

a chamada **Teoria dos Fundos Empréstáveis** - a taxa de juros é vista como o prêmio pela espera, ou seja, pela renúncia ao consumo presente em favor do consumo futuro. A taxa de juros seria determinada, então, nessa versão, no mercado pelo encontro de duas forças - a oferta e a demanda de títulos. Oferta de títulos é representada pelas empresas que pretendem tomar emprestado (investir), e a demanda de títulos é realizada pelos indivíduos que buscam aplicar seus recursos (poupança). Então, dado o nível de renda, quanto maior a taxa de juros, menor a demanda de moeda.

A outra versão recebe a denominação de Princípio da Preferência pela **Liquidez**.

Considera-se aqui, a possibilidade de se guardar a poupança na forma monetária, uma vez que moeda é também reserva de valor. Logo, de acordo com essa corrente, a taxa de juros é um prêmio pela renúncia a liquidez. A taxa de juros é determinada nessa perspectiva com base na demanda de moeda, dada a oferta de moeda (Bacen). A taxa de juros é aquela que equilibra a demanda e a oferta de moeda.

O controle da oferta de moeda pode ser operacionalizado mediante a manipulação dos principais instrumentos clássicos de política monetária pelo BACEN, mas ele também pode ser monitorado indiretamente, pelo comportamento da taxa de juros. Uma elevação na taxa de juros, por exemplo, desestimula os investimentos, pois, tomar emprestado agora fica mais caro e, por conseguinte, contrai a atividade econômica e reduz a oferta de moeda via aumento da demanda pelos papéis públicos. Uma redução na taxa de juros produz o contrário.

Considera-se aqui, a possibilidade de se guardar a poupança na forma monetária, uma vez que moeda é também reserva de valor. Logo, de acordo com essa corrente, a taxa de juros é um prêmio pela renúncia a liquidez. A taxa de juros é determinada nessa perspectiva com base na demanda de moeda, dada a oferta de moeda (Bacen). A taxa de juros é aquela que equilibra a demanda e a oferta de moeda.

O controle da oferta de moeda pode ser operacionalizado mediante a manipulação dos principais instrumentos clássicos de política monetária pelo BACEN, mas ele também pode ser monitorado indiretamente, pelo comportamento da taxa de juros. Uma elevação na taxa de juros, por exemplo, desestimula os investimentos, pois, tomar emprestado agora fica mais caro e, por conseguinte, contrai a atividade econômica e reduz a oferta de moeda via aumento da demanda pelos papéis públicos. Uma redução na taxa de juros produz o contrário.

Sugestão de leitura:

SANT'ANA, J.A. Economia Monetária: a moeda em uma economia globalizada. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

Liquidez está associado a duas situações do cotidiano financeiro. Tanto se refere à capacidade, rapidez ou facilidade com que um activo é convertido em dinheiro, como à quantidade existente de dinheiro na economia ou, pelo menos, a sua percepção.



Vá ao ambiente virtual e faça as atividades propostas para esta unidade.

5

Noções de Economia Internacional

Síntese

Nessa unidade são explanados em breves linhas dois conceitos fundamentais nas relações com o exterior, quais sejam, o Balanço de Pagamentos de um país e a taxa de câmbio.

5.1 Introdução ao balanço de pagamentos

A macroeconomia internacional abrange os fluxos de comércio internacionais, as operações cambiais e as finanças internacionais. As empresas e indivíduos de um país compram bens e serviços de outro país.

Amortização é um processo de extinção de uma dívida através de pagamentos periódicos, ou seja, em prestações que correspondem à soma do reembolso do capital ou do pagamento dos juros do saldo devedor e movimento nas reservas internacionais.

O balanço de pagamentos é um instrumento contábil cuja função é descrever as transações efetivadas entre residentes e o resto do mundo. São registrados, dessa maneira, os movimentos e valores das exportações e importações de bens e serviços, em um determinado período, bem como as transações de capitais, entre os quais os empréstimos, os investimentos diretos, **amortizações**.

5.1.1 Estrutura do Balanço de Pagamentos

É dividido em dois grandes grupos de contas: as Transações Correntes e a Conta Capital Financeira. O Balanço de Pagamentos em transações correntes é subdividido em três outras sub-contas, a saber: a balança comercial composta pelas exportações e importações; a balança de serviços e rendas formada pelas transações em serviços, tais como transporte e seguros, e remessas de rendimentos, como juros e lucros; e por último, as transferências unilaterais identificadas como aquelas transações sem contrapartida como doações e remessas de imigrantes.

A Conta Capital e Financeira do balanço de pagamentos aborda as transações de natureza financeira, tais como, os investimentos diretos, investimentos em títulos e ações, empréstimos e suas amortizações, etc. Registra-se também, uma conta chamada Erros e Omissões para destacar as discrepâncias (desigualdades) estatísticas nos lançamentos.

A soma dos resultados das Transações-correntes e da Conta Capital e Financeira (considerando-se também, a conta erros e omissões) representa o saldo do balanço de pagamentos de um país em determinado ano.

Exemplo 1: Suponha que o Brasil nas suas transações econômicas com o exterior em determinado ano, apresentou déficit em transações correntes no balanço de pagamentos. O que isto significa? Qual a importância de saber o saldo do balanço de pagamentos em transações correntes?

Um déficit em transações correntes significa que o país “produziu”, por meio da venda de bens e serviços e recebimento de transferências, uma quantidade de divisas (dólares) insuficiente para pagar as despesas em divisas contraídas no mesmo período. Surge, então, a pergunta: como um país financia um eventual déficit em transações correntes?

Um país pode financiá-lo via investimentos diretos externos, ou seja, via compras e vendas de empresas nacionais, privadas ou estatais,

as aquisições societárias e a ampliação e/ou criação de capacidade produtiva no país por iniciativa de empresas ou grupos estrangeiros. Portanto dessa forma, o país obtém uma importante fonte de divisas (moedas estrangeiras), as quais podem ser utilizadas para honrar seus compromissos externos na conta corrente do balanço de pagamentos.

5.1.2 Ajustes no Balanço de Pagamentos

Quando há recorrentes (sistemáticos) saldos negativos no balanço de pagamentos em transações-correntes durante um longo período de tempo, esses déficits tornam-se um grave problema econômico financeiro para o país em questão, na medida em que ele está consumindo bens e serviços do resto do mundo, mas não está gerando recursos internos suficientes para honrar esses compromissos.

Dessa maneira, as autoridades monetárias na tentativa de reverter tal situação, ou seja, buscar ajustar o balanço de pagamentos, usam vários instrumentos, como por exemplo, a elevação da taxa básica de juros interna cujo objetivo é atrair recursos externos (capitais especulativos) que vejam no diferencial de juros interno e externo possibilidades reais de lucro no mercado financeiro doméstico. No entanto, o aumento dessa taxa de juros provoca no país outros impactos diretos sobre a atividade econômica interna, principalmente, sobre dois dos principais componentes da demanda agregada por bens e serviços - $[Y = C + I + G + (X - M)]$ - responsável pela determinação do nível de renda e emprego da economia. Por um lado, tende a desestimular os chamados investimentos produtivos, não só pelo encarecimento do crédito e pelo aumento do passivo referente aos empréstimos já obtidos, como pelo aumento do custo de oportunidade do capital aí investido. Em outras palavras, uma taxa interna de juros muito elevada exige um retorno também muito elevado dos investimentos para que compensem sua realização.

5.2 Taxas de Câmbio: conceito

As transações econômicas efetuados no âmbito do balanço de pagamentos baseiam-se nas moedas dos países envolvidos. A fim de comprar e vender entre si, os diferentes países têm de trocar moeda. De acordo com o conceito adotado no Brasil, define-se taxa de câmbio como o preço, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira.

O mercado de câmbio pode ser visto como o lugar onde se transacionam moedas estrangeiras (divisas), e cujas forças de oferta e demanda determinam a taxa de câmbio de equilíbrio, ou seja, o preço das divisas em termos da moeda nacional.

Assim, uma elevação na taxa de câmbio, representa uma desvalorização (depreciação) nominal. O oposto, uma valorização (apreciação). Uma desvalorização tende a estimular as exportações e desestimular as importações, ao passo que uma valorização tende a surtir feitos opostos. Quando o real está mais forte (apreciação da taxa de câmbio), os bens estrangeiros tornam-se menos caros para os brasileiros e viajar para fora fica mais barato. Contudo, menos exportações implicam em perda de empregos.

Exemplo 1: Suponha que a taxa de câmbio hoje seja dada por $US\$ 1,00 = R\$ 1,90$ (para adquirir um dólar eu preciso ter o equivalente a um real e noventa centavos). Se o governo decidir desvalorizar a taxa de câmbio para atender aos reclames dos exportadores, a taxa de câmbio entre os dois países passará, por exemplo, a ser: $US\$ 1,00 = 2,40$. O que isto significa?

Significa que se antes para obter $US\$1,00$ (um dólar), trocava-se no mercado de câmbio por $R\$ 1,90$, após a desvalorização, para adquirir o mesmo valor de moeda estrangeira ($US\$ 1,00$), é necessário pagar uma maior quantidade de moeda nacional, $R\$ 2,40$, para poder obtê-lo. Significa que para cada dólar recebido pelo exportador, ele ganhará agora $R\$ 2,40$, valor maior do que o anterior de $R\$ 1,90$.

Outro conceito relevante é o de taxa de câmbio real. A taxa real de câmbio indica o preço dos bens externos em relação aos bens internos. A taxa nominal de câmbio aponta o preço relativo entre as moedas. No cálculo da taxa de câmbio real devem-se considerar a inflação interna e a externa, ou seja, a inflação do país cuja moeda está entrando no cálculo da taxa nominal.

5.2.1 Relação entre Taxa de Juros e Taxa de Câmbio

A taxa de juros afeta a taxa de câmbio porque fluxos de capital estrangeiro dependem do diferencial entre a taxa de juros doméstica e taxa de juros externa. Quando a taxa de juros doméstica supera a taxa de juros internacional, há entrada de capital. Quando ela é menor há uma saída de capital. Quando temos uma entrada de capital, a taxa de câmbio da moeda nacional se valoriza e quando há uma saída de capital a moeda nacional se desvaloriza.

Exemplo 2: Suponha que, em razão das condições macroeconômicas vigentes na economia brasileira, o governo via BACEN decida executar uma política monetária restritiva, elevando a taxa interna de juros básica (SELIC – taxa de referência dos títulos públicos) em relação às taxas dos títulos internacionais. O que acontece? Primeiro, se a taxa de juros dos títulos no mercado internacional não muda, os títulos brasileiros se tornam mais atrativos. Logo, para investir mais em títulos brasileiros,

os investidores estrangeiros vendem seus títulos americanos, recebem dólares, vendem estes dólares no Brasil para obterem reais (aumenta a demanda por moeda nacional) e compram os títulos brasileiros. Ao vender dólares no Brasil e comprar reais, há uma apreciação da moeda nacional.

5.2.2 Regimes Cambiais

Representa o conjunto de regras ou o “ modus operadi ” do mercado de câmbio dos diferentes países ou em diferentes períodos de tempo.

Pode-se classificar o regime cambial em três categorias: i) regime de câmbio flutuante, em que a taxa é determinada pelo mercado; ii) regime de câmbio fixo, em que a taxa é determinada pelo Banco Central, por meio da compra e venda de divisas no mercado; e iii) regime misto (ou de bandas cambiais), em que a taxa pode variar dentro de determinados limites estabelecidos pela política econômica do país.

Sugestão de leitura complementar:

KRUGMAN, Paul R., OBSTFELD, Maurice. *Economia internacional: teoria e política*. 6. ed. São Paulo: Makron Books, 2005.



Vá ao ambiente virtual e faça as atividades propostas para esta unidade.

Referências

- CANO, W. **Introdução à economia**: uma abordagem crítica. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- CARVALHO, F. C, et al. **Economia monetária e financeira**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- FEIJÓ, Carmem et al. **Contabilidade social**: o novo sistema de contas nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política**. 6. ed. São Paulo: Makron Books, 2005.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.
- MANKIWI, N. G. **Introdução à economia**: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.
- PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D.L. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1994.

- PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio (Org.). **Manual de economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. Equipe dos professores da USP.
- RESENDE, Fernando. **Finanças públicas**. 2. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.
- ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 19. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- SANT'ANA, J. A. **Economia monetária: a moeda em uma economia globalizada**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- VASCONCELLOS, M.A.S.; OLIVEIRA, R.G. **Manual de microeconomia**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- VASCONCELLOS, M.A.S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- VICECONTI, P. E.; NEVES, S. **Introdução à economia**. 6. ed. São Paulo: Frase Editora, 2003.

Lenice Ypiranga Benevides de Araújo Vieira Sá é graduada em Economia na UERJ (1991) e Mestre em Desenvolvimento Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1996). É professora da Ufam desde julho de 1994. Leciona Contabilidade Social, Macroeconomia, Economia Agrícola, Economia Agroindustrial, Introdução à Economia. Foi Coordenadora de Tecnologia do Centro de Educação a Distância da Ufam, onde também foi professora do Curso de Especialização em Produção de Material didático para EaD - mídia WEB (Plataforma Moodle).